

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação

COVID-19

RISCOS E OPORTUNIDADES PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL

Na Salvaguarda do Nosso Património

Para além do seu valor histórico e simbólico, um edifício é um conjunto de materiais sabiamente interligados.

Paredes de alvenaria de pedra, gaiolas ou tabiques são exemplos de técnicas complexas, praticamente esquecidas com a construção nova e materiais associados.

É obrigação de todos zelar para que os edifícios que integram o nosso Património continuem a sua vida útil e intervir de modo a manter-lhes a dignidade.

Reabilitá-los é preservar a transmissão de valor.

A **AOF** é uma empresa com mais de 50 anos de existência, sempre ligada à salvaguarda do Património. Soube adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção, apostando fortemente na formação dos seus colaboradores.

A **AOF** possui um grupo técnico alargado e altamente especializado na área de conservação e restauro.

Parque da Boavista
Avenida do Cávado nº160
4700-690 Braga
Tel. +351 253 263 614
www.AOF.pt

Local / Porto / Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
Fotografia - Rui Pereira



AOF
augusto de oliveira ferreira & ca lda



06. RISCOS E PATRIMÓNIO CULTURAL
Reflexões em tempos de crise pandémica
Esmeralda Paupério, Xavier Romão

16. COVID-19
Um sério desafio à conservação do Património Cultural
Isabel Raposo Magalhães

24. MUDANÇA DE PARADIGMA PARA UM PATRIMÓNIO CULTURAL DO INTERIOR NO PÓS COVID-19
Alice Tavares

42. REVIVIFICAR O PALÁCIO DE SÃO MARCOS DE COIMBRA
Dinamizar o património, dar sentido ao passado alargando o horizonte de futuro
Patrícia Brum

04 EDITORIAL
Vítor Cóias

06 EM ANÁLISE
Riscos e Património Cultural
Reflexões em tempos de crise pandémica
Esmeralda Paupério, Xavier Romão

12 Conservação e Reabilitação do Património
Estratégias e potencialidades (2020-2030)
Vasco Peixoto de Freitas

16 OPINIÃO
Covid-19
Um sério desafio à conservação do Património Cultural
Isabel Raposo Magalhães

20 [Novos] Desafios ao Património Cultural e [à] sua preservação
Reflexos de luz e sombra em tempos de pandemia
Sónia Filipe

24 Mudança de paradigma para um Património Cultural do Interior no pós COVID-19
Alice Tavares

28 Reflexão sobre os caminhos do património tangível no pós-pandemia
Patrícia Brum

31 ONG DO PATRIMÓNIO
Fórum do Património 2020
As ONG preparam o pós-pandemia
Vítor Cóias

36 ESTUDO DE CASO
Os impactos da pandemia nos Monumentos Nacionais de Portugal: respostas e medidas futuras
Jorge Santos

38 Reflexões da sociedade civil face à pandemia COVID-19 e os seus impactos no património cultural
Sofia Costa Macedo

40 O impacto da COVID-19 nos equipamentos culturais sob a tutela da Câmara de Municipal de Tomar
Francisco Oliveira

42 INTERVENÇÕES NO PATRIMÓNIO
Revivificar o Palácio de São Marcos de Coimbra
Dinamizar o património, dar sentido ao passado alargando o horizonte de futuro
Vítor Murtinho, Fernando Marques, César Cerqueira, Sónia Filipe

52 VIDA ASSOCIATIVA

53 NOTÍCIAS

58 EM PERSPETIVA

59 AGENDA

60 Empresas associadas do GECORPA - Grémio do Património

60 Estatuto Editorial da *Pedra & Cal*

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

Nº 68-69 | 1ª e 2ª Semestres
Janeiro > Dezembro 2020

Pedra & Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

EDITOR E PROPRIETÁRIO | GECORPA - Grémio do Património



DIRETOR | Vítor Cóias

COORDENAÇÃO | Sofia Macedo

PAGINAÇÃO | Joana Torgal - Canto Redondo

REDAÇÃO | Daniel Gomes, Lia Nunes - Canto Redondo

CONSELHO EDITORIAL | Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Clara Bertrand Cabral, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho

COLABORADORES | Alice Tavares, César Cerqueira, Esmeralda Paupério, Fernando Marques, Filipe Ferreira, Francisco Oliveira, João Martins Jacinto, Jorge Santos, Leonor Medeiros, Manuel Aranha, Margarida Alcáda, Patrícia Brum, José Borges, Ricardo Gonçalves, Sofia Costa Macedo, Sónia Filipe, Rita Múrias, Vasco Peixoto de Freitas, Vítor Cóias, Vítor Murtinho, Xavier Romão

PUBLICIDADE
GECORPA - Grémio do Património

SEDE DO EDITOR / REDAÇÃO
GECORPA - Grémio do Património
Avenida Conde Valbom, 115 - 1.º Esq.
1050-067 Lisboa
Tel.: +351 213 542 336
www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DEPÓSITO LEGAL 128444/00

REGISTO NA ERC 122549

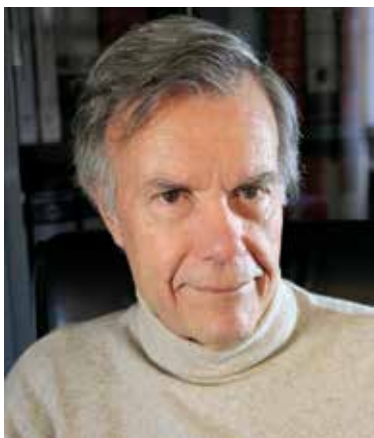
ISSN 1645-4863

NIPC 503980820

Publicação Semestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

CAPA: Sé de Lisboa. © Soraya Genin



A Pedra e Cal ao serviço do Património Cultural

Vítor Cóias | Diretor da Pedra & Cal

Em Portugal, a pandemia pôs a nu as fragilidades do modelo de crescimento económico baseado na tríade Turismo / Imobiliário / Construção, em que governo, regiões e autarquias como Lisboa e Porto apostaram em pleno, pensando assim escapar às mudanças estruturais que há décadas fazem falta ao país. Os alojamentos locais transformaram-se em habitações, os hotéis, grandes e pequenos, ficaram desertos e muitos fecharam. Os promotores imobiliários que realizaram a tempo as suas cobiçadas mais-valias meteram férias e os que a pandemia apanhou com as obras a meio deitaram agora contas à vida. Só o parente pobre daquela tríade, a construção, tem visto o volume da produção crescer. Não tanto pelo investimento privado, mas sobretudo através do investimento público, mercê da estratégia expansionista adotada pela Comissão Europeia. As obras recomeçaram e continuam a bom ritmo, muitas delas envolvendo o Património Cultural Construído.

É o caso do centro histórico do Porto, agora novamente em destaque pela negativa, com o empreendimento de construção duma torre para um restaurante “com vista” na estação de São Bento, ou o da Gandarvinha, Sintra, onde a pretexto da adaptação de um palácio do século XIX, se tem estado a substituir por betão o coberto vegetal da encosta, ou o do claustro leste do mosteiro cisterciense de Alcobaça, transformado em mais um hotel de luxo. Trata-se, em todos estes casos, de Sítios Património Mundial da UNESCO, postos em risco em resultado da aposta cega no Turismo, como consta do relatório “Heritage at Risk 2016-2019”, recentemente publicado pelo ICOMOS.

O Turismo e os seus impactos sobre a cidade, os monumentos e os sítios, são, aliás, citados em dez dos onze artigos da presente

edição da *Pedra & Cal*. Nomeadamente no artigo de Esmeralda Paupério e Xavier Romão e o de Alice Tavares. Tal enfoque constitui uma singularidade da presente edição da *P&C*: o conteúdo afasta-se claramente da linha que tem sido seguida ao longo dos mais de vinte anos de publicação, enunciadas logo no editorial do número zero, publicado em finais de 1997: abordar a prática da reabilitação das construções antigas e, em particular, a conservação e restauro do Património e ajudar as empresas e os profissionais do setor a fazerem um melhor trabalho. De facto, os artigos desta edição são sobretudo artigos de análise e reflexão sobre os excessos do passado recente e sobre as estratégias para lidar com os desafios do futuro pós-pandemia. O ponto de partida foi o inquérito que o Fórum do Património promoveu, no verão passado, junto das ONG subscritoras da declaração final de 2017, relatório cujas conclusões foram recapituladas por Sofia Macedo na intervenção de abertura do Fórum do Património 2020, realizado online já no fim do ano. Pareceu-nos ter sido essa a melhor forma de aproveitar a pausa a que fomos obrigados. Compete-nos, agora, diligenciar para que o pós-pandemia não seja voltar aos erros e excessos cometidos no passado recente, antes seja o início de um novo modelo de crescimento económico em que os contributos do turismo sejam explorados de forma sustentável, em que o valor histórico-artístico dos monumentos, conjuntos e sítios seja preservado e em que as cidades se renovem mantendo e rejuvenescendo os seus moradores.

Uma outra singularidade desta edição é a de ser a primeira vez que a *P&C* surge como número duplo. Tentou-se, assim, corrigir o atraso com que a revista tem vindo a público, agora agravado pelas dificuldades adicionais criadas pela pandemia.

Há, porém, uma terceira singularidade nesta edição da *P&C*: a partir de agora, a direção da revista fica confiada à nova presidente da Direção do GECORPA, Inês Flores-Colen, alguém que, por auspiciosa coincidência, colaborou com o GECORPA logo nas primeiras iniciativas, incluindo a produção do número zero desta revista. Decorridos os vinte e três anos em que, salvo raras exceções, assinei o editorial da *P&C*, faço-o, agora, pela última vez. Ao passar o testemunho, quero agradecer em primeiro lugar aos autores, muitos deles profissionais e empresários da área do Património que, ao longo de todo este tempo, enriqueceram o conteúdo da revista com os seus contributos, aos vários colaboradores e equipas que participaram na sua produção, e, em particular à Canto Redondo, na pessoa de Joana Morão que, contra ventos e marés, se encarregou, durante os últimos quinze anos, da produção editorial da revista. Sem a boa vontade e a perseverança de uns e outros a revista não teria vingado. Agradeço à Direção cessante, na pessoa do seu presidente Vasco Peixoto de Freitas, a confiança em mim depositada ao longo do último quadriénio.

Finalmente, colocando-me à disposição para ajudar em tudo o que estiver ao meu alcance, desejo à nova Diretora o maior sucesso na sua nova missão.

Como quem olha para uma filha, continuarei, agora um pouco mais distante, a olhar para a *Pedra & Cal* com o mesmo carinho da primeira hora ■



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

Dez bons motivos para se tornar associado empresarial do GECORPA

1 – Experiência

Os associados têm a oportunidade de contactar com outras empresas e profissionais do segmento da reabilitação, e trocar experiências e conhecimentos úteis. O Grémio constitui, por essa razão, um fórum para discussão dos problemas do setor.

2 – Representatividade

O GECORPA – Grémio do Património garante uma maior eficácia na defesa dos interesses comuns e uma maior capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais para melhor defesa da especificidade do setor.

3 – Concorrência Leal

O Grémio do Património bate-se pela sã concorrência entre os agentes que operam no mercado, defendendo a transparência, o preço justo e a não discriminação.

4 – Referência

Muitos donos de obra procuram junto do Grémio os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA – Grémio do Património constitui, desde logo, uma boa referência.

5 – Formação

Os sócios têm prioridade na participação e descontos na inscrição das ações de formação e divulgação promovidas pelo Grémio do Património.

6 – Informação

O GECORPA – Grémio do Património procede à recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado e do Património.

7 – Gestão da Qualidade

O Grémio do Património proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, oferecendo aos sócios condições vantajosas.

8 – Publicações

Agora em formato digital e de distribuição gratuita, a *Pedra & Cal* é uma revista semestral editada pelo GECORPA há 21 anos, que tem como missão divulgar as boas práticas neste setor e evidenciar a necessidade de qualificação das empresas e profissionais.

9 – Publicidade e Marketing

O GECORPA – Grémio do Património distingue as empresas associadas em todas as suas atividades. Os sócios beneficiam de condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal* e no *Anuário do Património*, onde podem publicar notícias, estudos de caso e experiências da sua atividade.

10 – Presença na Internet

O sítio web da associação constitui um prestigiado centro de informação das atividades, soluções e serviços de cada associado na área da conservação e da reabilitação do património construído.

***Ajude a defender o Património do País:
as futuras gerações agradecem!
Pela salvaguarda do nosso Património: Adira ao GECORPA!***

Em Análise


Riscos e Património Cultural

Reflexões em tempos de crise pandémica

Esmeralda Paupério | ICOMOS Portugal e membro do International Scientific Committee on Risk Preparedness (ICORP), CONSTRUCT-LESE, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Xavier Romão | CONSTRUCT-LESE, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Vice-Presidente do International Scientific Committee on Risk Preparedness (ICORP)



A photograph of the Notre-Dame de Paris cathedral during a major fire. The roof and upper structure are heavily obscured by intense orange and yellow flames. A massive, billowing cloud of white and grey smoke rises from the burning area, filling the upper left portion of the frame. Scaffolding is visible around the burning sections, indicating restoration work. The lower part of the cathedral, including the flying buttresses and Gothic arches, remains visible in silhouette against the bright sky. The spire on the right is partially visible, also showing signs of damage and scaffolding.

“Culture is crucial to our recovery, the social cement with which our post-Covid world needs to be rebuilt. Art is the creative force that animates us and allows us to live together collectively.”

David Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu, 18.11.2020

Inúmeros perigos ameaçam constantemente o Património Cultural. De acordo com a definição adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas [AGNU] em fevereiro de 2017, o perigo é “um processo, fenómeno ou atividade humana que possa causar perda de vidas, lesões ou outros impactos na saúde, danos materiais, perturbações sociais e económicas ou degradação ambiental”. Os conflitos armados, as catástrofes naturais, a pilhagem, roubo e tráfico ilícito de bens culturais, a deterioração, a negligência, a destruição ou a alteração do património, a urbanização desenfreada, ou o turismo mal gerido são perigos que, entre outros, a UNESCO reconhece como ameaças para o Património Cultural.

ENQUADRAMENTO

Face aos riscos a que muito do Património Cultural está exposto e em particular algum do Património Mundial, a UNESCO criou e mantém a Lista do Património Mundial em Risco que atualmente integra 53 propriedades ou sítios. Por sua vez, o International Council on Monuments and Sites [ICOMOS] também aprovou na sua Assembleia Geral de 1999 o programa Heritage@Risk com o objetivos de identificar locais, monumentos e sítios do património ameaçados, de apresentar estudos de caso e tendências, e de proporcionar a partilha de sugestões para a resolução de ameaças individuais ou globais ao nosso Património Cultural. Neste contexto, face ao inúmero Património Cultural em risco, o presente artigo faz uma breve reflexão sobre os perigos que ameaçam o Património Cultural e sobre estratégias a implementar para a sua salvaguarda.

GESTÃO DE RISCOS

A frequência recente com que eventos importantes de origem natural ou antrópica têm afetado o Património Cultural levou a uma maior consciencialização das instituições para a sua salvaguarda, tendo em atenção o seu valor para a sociedade. Para que sejam definidas estratégias de mitigação de risco mais adequadas para o Património Cultural Imóvel e delineadas intervenções apropriadas que reduzam a sua vulnerabilidade e aumentem a resiliência global, é necessário um conhecimento abrangente de todos os riscos. Considera-se, assim, que cabe à tutela do Património Cultural promover o desenvolvimento de análises e

estudos que venham a resultar na indicação de medidas que contribuam para a prevenção e mitigação desses riscos. No entanto, e apesar do aumento da perceção acerca da importância da ponderação dos riscos na salvaguarda do Património Cultural, a implementação de ações eficazes para a sua redução tem sido lenta. Existem múltiplas razões para a falta de investimento e de mudanças tangíveis na prevenção de riscos em Património Cultural, identificando-se como principais dificuldades o facto de:

- ser muitas vezes difícil quantificar os impactos dos perigos nos bens culturais devido à natureza intangível de muitos dos seus valores (e.g., valor histórico, valor estético, valor espiritual...);
- os métodos existentes de análise de risco mais detalhados serem dificilmente aplicáveis ao Património Cultural face à sua complexidade, à falta de conhecimento acerca das características e do comportamento físico dos bens patrimoniais e à dificuldade de obter informação fiável acerca destas variáveis;
- existir muito Património Cultural em risco, sendo necessárias análises de risco específicas para cada sítio, lugar ou imóvel, que tenham em conta os diferentes perigos que o ameaçam;
- a escassez de recursos ser grande, quer a nível financeiro, quer a nível técnico;
- as análises de risco terem de ser revistas regularmente e também sempre que se alteram as condições de conservação ou utilização do Património Cultural.

1 | Incêndio na Catedral de Notre-Dame, 2019.
© Wikimedia Commons



2

2 | O ciclo de gestão de riscos.

Os riscos podem ser geridos recorrendo a uma adequada implementação do ciclo de gestão de riscos, cujos aspetos essenciais podem ser descritos em cinco fases, tal como representado na figura 2:

- 1.ª fase - Avaliação do risco;
- 2.ª fase - Comunicação do risco;
- 3.ª fase - Análise e decisão;
- 4.ª fase - Implementação de medidas de mitigação do risco;
- 5.ª fase - Monitorização e controlo.

Como se pode observar na figura 2, a **avaliação de risco** engloba três etapas. Estas correspondem à 'Identificação de perigos', à 'Avaliação de consequências, vulnerabilidade e exposição' e à 'Quantificação do risco'. O resultado desta fase é a atribuição de um nível ou uma classificação de risco para cada perigo analisado que é posteriormente transmitida às partes interessadas na fase de **comunicação do risco**. É fundamental que esta comunicação do risco seja efetuada de modo a que este seja compreendido de forma clara pelos decisores. A fase de **análise e tomada de decisão** é aquela em que se determina quais as ações a implementar em função do nível de risco obtido e onde cada tipo de ação a implementar pode ser avaliada e confrontada com as potenciais perdas, utilizando análises de custo-benefício, entre outros critérios. A fase seguinte também poderá incluir duas fases: a **mitigação de risco** propriamente dita e, se necessário, a definição de **medidas de emergência**. A primeira compreende a implementação das ações de mitigação de risco que foram selecionadas na fase anterior (caso existam) e a segunda implica o desenvolvimento de medi-

das de preparação para situações de emergência. A fase final do ciclo de gestão de riscos engloba a **monitorização e controlo** de eventuais alterações das condições dos bens patrimoniais, independentemente do facto de terem sido implementadas medidas de mitigação ou não. Salienta-se ainda que o ciclo de gestão de riscos requer uma implementação regular de forma a garantir que a informação de avaliação de risco é atualizada e que é mantido um nível adequado de preparação para responder, se necessário, a situações de emergência.

NECESSIDADE DE POLÍTICAS PARA PROTEÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Face às suas múltiplas dimensões, o Património Cultural que existe à escala local é sentido como pertença de toda a humanidade e a sua perda ou prejuízo tem efeitos que afetam a sociedade. Exemplo disto foi a comoção mundial perante a destruição da cidade histórica de Palmira, na Síria (2015), ou o incêndio na Catedral de Notre-Dame de Paris, em França (2019) (figura 2). Também a falta de regulação do fluxo turístico, como por exemplo em Veneza (figura 1) que se tornou Património Mundial da Humanidade da UNESCO em 1987 e que a partir de 2016 é integrada na lista da UNESCO de Património Mundial em Risco, levou a manifestações locais um pouco por todo o mundo a exigir uma regulação que limite o turismo. Em particular, considera-se que o turismo excessivo é responsável por impactos negativos como o aumento da poluição atmosférica e sonora, pela alteração do património arquitetónico, cultural e ambiental,



3

3 | Barco Cruzeiro a entrar em Veneza (2015).
© Esmeralda Paupério

e também por colocar em risco a própria cidadania. Estes exemplos, entre outros, revelam o grande envolvimento e o comprometimento das comunidades com o Património Cultural, que o sentem como seu, independentemente do território onde este se situa.

Recentemente, a crise pandémica devida ao SARS-CoV2 acrescentou perigos e vulnerabilidades aos sítios e monumentos devido ao seu encerramento. Se muitas oportunidades se abriram possibilitando visitas virtuais a sítios, monumentos e museus, o acesso a fóruns de discussão e estudos sobre as necessidades do setor do Património Cultural, grande parte da humanidade viu-se privada da fruição ou de exercer o seu trabalho no Património Cultural uma vez que a internet não é ainda um recurso disponível a toda a população e a todas as instituições. Estatísticas de outubro de 2020 referem que apenas 60% da população mundial tem acesso à internet, sendo que destes, parte têm um acesso muito limitado. Adicionalmente, a falta de uso e de vigilância de lugares Património Cultural por encerramento devido à pandemia SARS-CoV2 potenciam, em muitos casos, a degradação, o vandalismo e o roubo de bens culturais. Também a redução drástica das receitas que resulta do encerramento de muitos locais terá implicações significativas a médio e longo prazo uma vez que muitos sítios e monumentos dependem dessas verbas para a realização de trabalhos de salvaguarda, conservação e restauro, ou trabalhos arqueológicos.

Apesar da crise pandémica ter evidenciado a vulnerabilidade do setor do Património Cultural, existem outros fatores da sociedade moderna que contribuem igualmente para essa vulnerabilidade. Neste contexto, referem-se em particular os impactos do turismo. Apesar do exemplo já referido relativo à cidade de Veneza, vários estudos referem que o turismo causa diversos impactos, positivos e negativos, na economia, no setor sociocultural e no ambiente. Dado que muitos dos bens do Património Cultural estão associados ao chamado Turismo Cultural, os dividendos económicos que daí resultam são um importante fator positivo para a sua conservação e gestão. É, no entanto, também preciso atender ao facto de os fatores de atração do Património Cultural serem, por natureza, únicos e frágeis. Por conseguinte, é fundamental que as partes interessadas estudem a melhor forma de proteger e preservar a longo prazo o Património Cultural, caso contrário, poderão ser causados danos irreparáveis e irreversíveis à própria identidade cultural. Face ao seu potencial económico, a adaptação massiva dos centros históricos das cidades privilegiando o turismo em detrimento da população local é, portanto, um ponto que afeta negativamente o Património Cultural. Neste contexto, a destruição ou a alteração do património por ações de requalificação urbanística enquadram-se nos perigos definidos pela UNESCO para o Património Cultural. Ações de requalificação com tempos de decisão e de intervenção demasiado curtos, sem estudos e diagnósticos que fundamentem as decisões, atribuindo usos inadequados a edifícios a preservar, associadas à falta de qualificação dos intervenientes, podem também causar danos significativos no património construído.

De um modo geral, observa-se que as obras de reabilitação dos centros históricos das nossas cidades, que têm como objetivo principal fomentar o desenvolvimento económico com base na massificação do turismo, levam a uma significativa destruição do Património Cultural. Referimo-nos não só às grandes alterações impostas à dinâmica social que constitui o tecido humano das cidades (com o esvaziamento da população local, da sua forma de viver, tradições e do seu comércio de vizinhança), mas também às intervenções físicas sobre o edificado, sem o devido respeito pelos seus testemunhos materiais com valor de civilização ou de cultura e que deveriam ser objeto de especial proteção e salvaguarda. Cabe aos governantes regular estas atividades de modo a exigir e a garantir a qualidade destas intervenções, cabendo também aos decisores/detentores de Património Cultural a responsabilidade de exigir a qualificação dos demais intervenientes que vão desde os projetistas até aos construtores e seus operários. Por sua vez, o excesso de equipamentos e serviços dirigidos a turistas levam à descaracterização das cidades e do seu Património Cultural, observando-se que os centros históricos de algumas destas cidades têm cada vez menos habitantes locais. Veneza será, talvez, o maior paradigma deste problema e, agora desprovida de turismo, poderá tender a tornar-se numa cidade deserta. Verifica-se assim que são necessárias políticas equilibradas de investimento e exploração do Património Cultural em articulação com as partes interessadas de forma a mitigar os riscos que levam a perda de Património Cultural, contribuindo assim para a sua sustentabilidade e salvaguarda.



Práticas como a demolição integral do interior dos edifícios privilegiado o “fachadismo”, o emparcelamento entre edifícios ou a redefinição de “skylines”, impõem alterações profundas à estrutura e tipologia das construções e, conseqüentemente, à forma de viver. Assim se vem delapidando o que deveria ser valorizado. Mesmo aparentando degradação, é quase sempre possível a conservação das estruturas existentes e dos seus processos construtivos (que são parte da história da construção), sem prejudicar a adequada resposta às exigências de conforto e de utilização próprias do século XXI.



REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL IMÓVEL

Aquando do desenvolvimento de estratégias de intervenção para a preservação/reabilitação de Patrimônio Cultural edificado, devem ser tidos em consideração diversos condicionalismos que se relacionam com a salvaguarda da sua autenticidade e da sua integridade, com o significado patrimonial da construção (significado arquitetónico e estrutural), com os requisitos de segurança e durabilidade, bem como com o tempo e o orçamento disponíveis para a fase de obra. Em tempos de pandemia e de crise económica, a possibilidade de refletir, retirar lições e sobretudo aprender é uma oportunidade que não deve ser perdida. Este é um bom momento para planejar o futuro das zonas históricas das cidades que se esvaziaram de vida própria e que se mostram quase reduzidas a complexos hoteleiros. Em particular, importa ponderar as mais-valias da opção por políticas que privilegiem e implementem a manutenção das comunidades locais nos centros históricos, promovendo-se, simultaneamente, a qualidade nas intervenções de conservação e reabilitação do Patrimônio Construído. Seja este Patrimônio monumental ou vernacular,

as intervenções deverão sempre respeitar os valores existentes. Sem esquecer que o turismo é um setor fundamental para o equilíbrio económico do país, fica neste momento a lição de que, como diz o povo, “não se devem pôr os ovos todos no mesmo cesto”. Temos todos muito a ganhar com a proteção e valorização do nosso Patrimônio Cultural. Para tal, a criteriosa manutenção da sua autenticidade e integridade contribuirá, desde já e a longo prazo, para um turismo sustentável, com renovação dos recursos, dirigido não só para o mercado externo, mas também apostando e valorizando o mercado interno.

Práticas como a demolição integral do interior dos edifícios privilegiado o “fachadismo”, o emparcelamento entre edifícios ou a redefinição de “skylines”, impõem alterações profundas à estrutura e tipologia das construções e, conseqüentemente, à forma de viver. Assim se vem delapidando o que deveria ser valorizado. Mesmo aparentando degradação, é quase sempre possível a conservação das estruturas existentes e dos seus processos construtivos (que são parte da história da construção), sem prejudicar a adequada resposta às exigências de conforto e de utilização próprias do século XXI. Para isso, e para que o projeto se apoie em

dados objetivos, a inspeção e o diagnóstico do estado das estruturas são um contributo fundamental, possibilitando a avaliação real do estado dos materiais e da segurança estrutural do construído, contribuindo para soluções arquitetónicas e estruturais menos intrusivas. A preservação das estruturas existentes, para além de garantir a integridade e autenticidade dos imóveis e, conseqüentemente, contribuir para a identidade da cidade, traduz-se, ainda, em sustentabilidade e economia circular com importantes ganhos ambientais e económicos. Neste contexto, verifica-se que a formação e a qualificação profissional de todos os que trabalham com o Patrimônio Cultural é fundamental: desde os quadros superiores aos trabalhadores responsáveis pela realização manual de tarefas específicas que requerem o saber fazer tradicional. Nesta perspetiva, o Grémio do Patrimônio (GECORPA) defende que só com adequada qualificação e conhecimento será possível realizar obras com qualidade e durabilidade, parâmetros fundamentais nas intervenções em Patrimônio Cultural.

O Patrimônio Cultural não é apenas o que herdamos das gerações passadas, é principalmente o que escolhemos transmitir às gerações futuras ■

Conservação e Reabilitação do Património

Estratégias e potencialidades (2020-2030)

Vasco Peixoto de Freitas | Presidente do GECORPA – Grémio do Património

Contributos | Alice Tavares, Esmeralda Paupério, Filipe Ferreira, João Martins Jacinto, José Borges, Leonor Medeiros, Margarida Alçada, Manuel Aranha, Ricardo Gonçalves, Vítor Cóias

Proponho aqui sensibilizar os decisores e atores que intervêm no património, com um conjunto de recomendações, incidindo no planeamento estratégico de políticas para a Conservação e Reabilitação do Património. Pretendo contribuir com um trabalho que desenvolvi e coordenando também a colaboração de um grupo de especialistas destas áreas, para uma melhoria significativa e definitiva das competências a considerar nesta matéria.



A natureza única e insubstituível do Património Cultural Imóvel exige planeamento nas intervenções e uma visão que assegure que tão importante recurso permaneça para futuras gerações. Sendo um bem público não renovável, a sua preservação e valorização são responsabilidade da sociedade no seu conjunto, incluindo as esferas políticas, jurídica e administrativa, para além das comunidades que o detêm. Pelo que se torna imperiosa a identificação exhaustiva e metódica dos edifícios com valor patrimonial e dos seus proprietários, ou responsáveis pela sua gestão, e a definição e caracterização sistemática do estado de conservação destes edifícios, bem como a promoção da qualificação e transferência de conhecimento entre todos os intervenientes.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

Os organismos responsáveis pela gestão do património edificado, sejam eles de cariz particular e/ou público, são, em última instância, os principais e últimos responsáveis pelas intervenções realizadas no património, bem como pelo seu uso (devido ou indevido) ou mesmo o seu abandono. Qualquer intervenção no património edificado deve ser devidamente ponderada e enquadrada num cenário de médio/longo prazo, através de programas de uso sólido e duradouro e orçamentos responsáveis.

A preservação das estruturas existentes, para além de contribuir para a identidade dos

imóveis, traduz-se, ainda, em sustentabilidade com ganhos ambientais e económicos. Mesmo considerando que os custos da execução dos reforços necessários à garantia da estabilidade estrutural de uma construção são idênticos aos da execução de uma nova estrutura, a análise económica final será sempre vantajosa à manutenção da estrutura existente. Os volumes da demolição e o seu transporte a vazadouros são consideravelmente menores, revelando-se numa economia do ponto de vista ambiental (traduzida numa diminuição global da produção de CO2).

O património edificado tem sido frequentemente alvo de demolições, totais ou parciais, e de alterações profundas à sua forma, estrutura e aspeto. Embora estas ocorrências façam parte



O património edificado tem sido frequentemente alvo de demolições, totais ou parciais, e de alterações profundas à sua forma, estrutura e aspeto. Embora estas ocorrências façam parte da evolução, o modo como estas ocorrem evidencia falha no cumprimento das melhores práticas no âmbito da gestão de património e na garantia da sua segurança estrutural, em particular, no que se refere à ação sísmica. O desempenho face à humidade tem de ser uma das preocupações maiores, pois a água, quer no estado líquido quer no estado vapor, é um dos principais fatores de degradação do património.



da evolução, o modo como estas ocorrem evidencia falha no cumprimento das melhores práticas no âmbito da gestão de património e na garantia da sua segurança estrutural, em particular, no que se refere à ação sísmica. O desempenho face à humidade tem de ser uma das preocupações maiores, pois a água, quer no estado líquido quer no estado vapor, é um dos principais fatores de degradação do património. A elaboração de estudos higrotérmicos, suportados na monitorização e simulação numérica, fazem parte de uma abordagem indispensável antes de obras de reabilitação, conservação e restauro.

PLANEAMENTO, GESTÃO DO PROJETO E FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ATORES

As intervenções no património edificado exigem uma coordenação por entidades e empresas especializadas na avaliação do seu estado, das prioridades, dos recursos financeiros disponíveis, da capacidade de recursos humanos profissionais com saberes adequados em engenharia e arquitetura. O sucesso só é conseguido quando se dispõe de programas, anteprojetos, projetos de execução e estimativas de custo muito detalhadas. São ainda essenciais equipas multidisciplinares que saibam integrar os valores patrimoniais com as necessidades atuais, incluindo engenheiros, arquitetos, arqueólogos, historiadores, conservadores e restauradores, entre outros.

As principais preocupações na área da formação e qualificação refere-se ao envolvimento nas intervenções sobre o Património Cultural Construído de agentes sem qualificação e experiência mínima na elaboração de diagnóstico, inspeção e ensaios, projeto, fiscalização e execução e à carência de uma visão multidisciplinar (arquitetura, engenharias, paisagismo, conservação e restauro, arqueologia, história da arte, etc.).

O projeto deve estabelecer todos os detalhes, materializado no caderno de encargos, preferencialmente exigencial, mapas de trabalhos e quantidades, desenhos gerais e de pormenor. O orçamento terá de ser elaborado por medidores e orçamentistas especialistas com preparação específica e conhecedores dos métodos construtivos e das particularidades destas intervenções. Na obra é indispensável que às empresas de construção seja exigida uma qualificação específica. Não pode ficar resumida aos alvarás existentes para as construções novas (mesmo esta é insuficiente, como sabemos). Trata-se de uma especialização que ainda não foi regulamentada, o que permite que até em obras particulares não seja exigida qualquer qualificação adequada com todas as piores consequências.

Embora na área da Conservação e Restauro os técnicos tenham formação adequada e sejam prestigiados, há dificuldade em assegurar continuidade, devido às remunerações

pouco atrativas, em função dos preços das obras – o que tem desmotivado vários técnicos, que procuram outras profissões – e há falta de interoperabilidade entre os diferentes intervenientes na reabilitação e falta de articulação interinstitucional e interdisciplinar que garanta a eficácia da implementação de medidas atempadas para a preservação do património.

Por outro lado, deve promover-se a criação de estratégias de apoio à preservação do saber-fazer tradicionais (escolas profissionais), nomeadamente, para os trabalhos da pedra, do ferro, da madeira, do gesso, da pintura mural, da construção em terra e em alvenaria, entre outros, que vão sendo perdidos face à rutura da cadeia de transmissão do conhecimento tradicional a que se assiste em toda a Europa.

RISCOS PARA O PATRIMÓNIO

O património edificado está sujeito a inúmeros riscos que põem em causa a sua preservação com critérios de autenticidade e integridade. A destruição do património conduz à perda de identidade e do sentido de pertença dos locais e dos grupos comunitários, traduzindo-se frequentemente na perda da qualidade de vida das populações.

Pode afirmar-se que os riscos mais relevantes para o património edificado são os antrópicos



Pode afirmar-se que os riscos mais relevantes para o património edificado são os antrópicos – uso inadequado das construções, a falta de qualidade das intervenções – qualificação inadequada dos atores (projetistas, empresas e mão de obra), tempos muito curtos das intervenções com deficiente definição dos trabalhos. Em muitos edifícios reabilitados foram removidos todos os elementos arquitetónicos e decorativos e completamente alterada a sua tipologia. Refira-se ainda a falta de investimento na manutenção contínua e a massificação do turismo, bem como intervenções desajustadas desrespeitando a pré-existência.



– uso inadequado das construções, a falta de qualidade das intervenções – qualificação inadequada dos atores (projetistas, empresas e mão de obra), tempos muito curtos das intervenções com deficiente definição dos trabalhos. Em muitos edifícios reabilitados foram removidos todos os elementos arquitetónicos e decorativos e completamente alterada a sua tipologia. Refira-se ainda a falta de investimento na manutenção contínua e a massificação do turismo, bem como intervenções desajustadas desrespeitando a pré-existência.

RECOMENDAÇÕES – PROPOSTA DE MEDIDAS

As principais recomendações deste documento de reflexão podem ser traduzidas em 10 medidas:

1. Todos os “patrimónios” devem ser contemplados num plano estratégico para a Conservação e Reabilitação (2020-2030), a saber: cultural edificado, corrente, industrial do século XX. Propõe-se a criação de um inventário do património edificado detalhado, que tenha em consideração uma avaliação dos métodos construtivos e do estado de conservação. O inventário complementar terá de contemplar o levantamento, mapeamento e a caracterização do grau de conservação/degradação e estar disponível numa plataforma acessível a todos;

2. Identificação das entidades que gerem o património, isto é, quem tem a responsabilidade no investimento associado à sua reabilitação, conservação e manutenção (entidades públicas, privadas ou mistas);

3. Criação e implementação um modelo de inspeção do património edificado que quantifique e qualifique as condições de segurança, conforto, acessibilidade, instalações disponíveis e sustentabilidade;

4. Definição dos principais riscos para o património construído e das ações para os mitigar. Considera-se de crucial importância que, para além dos riscos naturais como os deslizamentos, as cheias ou os sismos, entre outros, se reflita sobre os seguintes aspetos: a) alterações climáticas; b) intervenções demasiado rápidas sem estudos aprofundados; c) uso inadequado; d) falta de qualidade das intervenções por insuficiente qualificação dos atores; e) massificação do turismo cultural que pode constituir uma ameaça às condições de equilíbrio higratérmico e à degradação dos edifícios;

5. Promoção da transferência de conhecimento entre a academia e os diversos atores que agem diretamente no património e a publicação da informação técnica, através de uma plataforma com a participação das universidades, centros de investigação, instituições do estado central e municípios, acessível a técnicos e ao público;

6. Adoção de um modelo de ensino superior ajustado às necessidades do património construído e de formação especializada, bem como promover a qualificação profissional de todos aqueles que atuam no património, indispensável à promoção da qualidade e durabilidade das intervenções;

7. Criação de especializações no património edificado para engenheiros e arquitetos pelas respetivas ordens profissionais;

8. Elaboração de um plano estratégico nacional de intervenção e financiamento para as obras de conservação e reabilitação do património, no período 2020-2030, que inclua programas de investimento e financiamento plurianuais;

9. Clarificação do papel do investimento público na conservação e reabilitação do património cultural edificado do Estado e da sua ligação com fundos comunitários e proposta de um novo modelo de incentivos ao mecenato sensibilizando os cidadãos e as empresas;

10. Sensibilização da população, em particular das camadas mais jovens, para a importância do património e para as formas como podem contribuir para a sua salvaguarda e valorização, nomeadamente através de programas nos órgãos de comunicação social generalistas ■

Covid-19

Um sério desafio à conservação do Património Cultural

Isabel Raposo Magalhães | Membro do Conselho do ICCROM; ex vice-presidente da Direcção do ICOM-CC

“I wish it need not have happened in my time” said Frodo. “So do I” said Gandalf, “and so do all who live to see such times. But that is not for them to decide. All we have to decide is what to do with the time that is given us”

J.R.R. Tolkien's, *The Fellowship of the Ring*

Resilience is the capacity of a system, be it an individual, a forest, a city or an economy to deal with change and continue to develop

Stockholm Resilience Centre

2020 não foi um ano fácil. O impacto do Covid-19 provocou uma profunda disrupção no modo como trabalhamos, nos organizamos ou interagimos com os outros. A pandemia, que surgiu de forma brutal e inesperada, mudou a nossa vida e mergulhou a economia mundial numa tremenda recessão. Esta “nova realidade”, que fechou fronteiras, impossibilitou viagens e confinou grande parte da população a nível mundial, teve um profundo impacto no Património Cultural, agravando fortemente a situação de crise crónica em que vive. Por outro lado, fez emergir novas prioridades, obrigou a fazer balanços, a repensar o futuro, incentivando a oportunidade de o construir de forma mais sustentável, ao nível social, ambiental e financeiro.

Um desafio estimulante para o sector do Património, o de pensar nas possíveis respostas e tomar medidas para mitigar os graves danos económicos, sociais, culturais e emocionais (no sentido do bem-estar e da plenitude que o contacto com a arte e a cultura proporcionam).



Em muitos casos o encerramento impediu a vigilância, manutenção e monitorização dos bens patrimoniais, fazendo aumentar a probabilidade do risco de incêndio, de furto, de situações de vandalismo e de exposição a ataque biológico ou de condições de ambiente inadequadas. Dificultou também a resposta e recuperação de desastres.



E, BRUSCAMENTE, O IMPENSÁVEL...

Museus, monumentos e sítios tiveram de ser encerrados ao público um pouco por todo o mundo. Tiveram de se reinventar para proteger os seus acervos e, simultaneamente, tentar compensar os seus visitantes da não fruição através de visitas virtuais, palestras *online* e outras iniciativas. Muitos demonstraram uma notável imaginação, inovando, mostrando aspectos menos conhecidos ou divulgando informação suplementar.

Foram depois reabrindo, de acordo com a situação sanitária dos respectivos países, enfrentando uma realidade diferente: uma diminuição brutal de visitantes (nacionais e sobretudo estrangeiros, consequência da diminuição abrupta do turismo) com repercussões trágicas nos já de si curtos orçamentos e uma enorme incerteza sobre a possibilidade de regresso ao normal, em termos de público, de receitas, de concretização de projectos, e da capacidade de manter o seu poder de atracção num mundo que mudou.

É, pois, crucial que consigam demonstrar a sua relevância social, apostando numa maior inclusão e participação das comunidades, incorporando as novas inquietações da sociedade actual: alterações climáticas, sustentabilidade, maior solidariedade, novos olhares sobre as origens das colecções, sobre as suas fontes de financiamento... sem perder a sua identidade, significado e valores.

O IMPACTO

Logo em Maio a UNESCO publicou o "Museums around the world in the face of COVID-19" com o resultado do inquérito realizado a cerca de 85 mil museus, desde o mês de Abril.

Por sua vez, o ICOM disponibilizou o relatório "Musées, professionnels des musées et COVID-19" feito a partir de um inquérito a museus de 107 países, onde procurou ouvir a opinião dos seus profissionais sobre os constrangimentos económico, social (a diminuição de actividades educativas e formativas) na segurança e conservação das colecções e na situação dos profissionais independentes.

Ambos enfatizaram o profundo impacto da pandemia: cerca de 95% dos museus a nível mundial fecharam temporariamente (por períodos mais ou menos longos), dos quais pelo menos 10%, calculam, não voltarão a abrir.

Também o ICOMOS apelou para uma maior vigilância nos monumentos e sobretudo, nos sítios arqueológicos, particularmente vulneráveis.

As análises feitas coincidem no diagnóstico: por todo o mundo, os impactos da pandemia no Património Cultural sentiram-se sobretudo ao nível económico: perda muito substancial de visitantes e receitas

(bilheteiras, lojas, alugueres de espaços, doações, *sponsors*...); ao nível social com exposições e actividades canceladas ou adiadas; ao nível da segurança dos bens patrimoniais e da sua conservação.

Em muitos casos o encerramento impediu a vigilância, manutenção e monitorização dos bens patrimoniais, fazendo aumentar a probabilidade do risco de incêndio, de furtos, de situações de vandalismo e de exposição a ataque biológico ou de condições de ambiente inadequadas.

Dificultou também a resposta e recuperação de desastres. Em Março, um sismo provocou danos substanciais em edifícios patrimoniais e museus de Zagreb; em Junho o incêndio no Museu de História Natural da Universidade de Minas Gerais; em Agosto, os incêndios na Igreja de São Martinho em Plasencia, que danificou um retábulo de Luís de Morales (séc. XVI) na Igreja de Santa Veracruz no México ou na Igreja da Assunção em Santiago do Chile.

A gestão da coexistência de riscos múltiplos foi posta à prova pela situação de pandemia em Agosto, quando uma violenta explosão na capital do Líbano afectou várias galerias de arte e museus como o Museu Nacional de Beirute ou o Museu Sursock. O ICCROM conseguiu enviar uma missão para avaliar os danos, mas foi muito difícil programar a ajuda para a resposta e recuperação.



Há, no entanto, um aspecto interessante a considerar: se este hiato provocado pela pandemia representou, para muitos museus e monumentos, um factor de risco acrescido, foi, paradoxalmente, para outros como que uma bênção que lhes permitiu suavizar a pressão excessiva e predatória de um turismo massificado.



Em Outubro 70 artefactos e obras de arte de museus em Berlim (entre os quais o Pérgamo ou o Alte Nationalgalerie) foram vandalizados.

Também durante o período de encerramento por causa da pandemia, registaram-se alguns actos de vandalismo e roubo em sítios arqueológicos, particularmente expostos e vulneráveis, e o roubo de uma pintura de Van Gogh do Museu Singer Lauen (Holanda).

Em Junho, no Museu Branly (Paris) verificou-se uma tentativa de roubo de peças de arte africana, no contexto do movimento de devolução de obras trazidas durante a época colonial. Sem ligação ao tema Covid-19, uma breve referência ao movimento de destruição de esculturas urbanas ligadas à época colonial e escravagista, que se manifestou em alguns países sobretudo da América do Norte e Europa este ano, coincidindo com o período da pandemia.

De um modo geral, a pandemia fez explodir o tráfico ilícito de obras provenientes, nomeadamente, da Síria, Líbano, Afeganistão, ou de países da América Latina. Segundo a UNESCO, deu-se um fenómeno de proliferação de negócios ilegais através da internet.

Há, no entanto, um aspecto interessante a considerar: se este hiato provocado pela pandemia representou, para muitos museus e monumentos, um factor de risco acresci-

do, foi, paradoxalmente, para outros como que uma bênção que lhes permitiu suavizar a pressão excessiva e predatória de um turismo massificado. Os sucessivos recordes de visitantes em museus (Louvre), em cidades patrimoniais (Veneza) ou em sítios emblemáticos como Pompeia ou Machu Pichu ameaçavam criar situações de ruptura e constituíam uma verdadeira ameaça à sua conservação.

A sobrevivência dos bens patrimoniais passará, também, pela adequação do número de visitantes a uma fruição sustentável.

A RESPOSTA

As organizações internacionais e também muitos serviços nacionais elaboraram recomendações para preparar o encerramento e futura reabertura de museus e monumentos, assegurando a segurança de pessoas e colecções, ou a compatibilidade das medidas sanitárias com a conservação dos materiais.

Uma das mais completas, até porque contou com a participação de especialistas de várias instituições, foi elaborada pelo ICCROM, o órgão consultivo da UNESCO para o Património Mundial.

Também o Ibermuseus disponibilizou directorias para museus e sítios patrimoniais, enquanto o Governo do Canadá, com o apoio



**COMBATTING ILLICIT TRAFFICKING
OF CULTURAL PROPERTY DURING
COVID-19**
Illicit excavations and online

de especialistas do Canadian Conservation Institute e do International Centre for Conservation, publicou a nota técnica “Caring for Heritage Collections During the Covid 19 Pandemic” (primeira versão a 17 de Maio e a segunda no dia 24 de Julho).

Destacaria ainda as sugestões do Centro Nacional de Restauro do Chile, revendo procedimentos de conservação preventiva centradas nos materiais e sua compatibilização com as medidas sanitárias e produtos (nomeadamente de desinfectação) utilizados.

Os museus reagiram ao encerramento reinventando-se, tirando partido de oportunidades, como é o caso do formidável incremento do digital e das redes sociais, investindo em propostas *online*. “Webinars” (só o ICCROM organizou mais de 20 desde Maio), cursos, palestras, publicações, visitas e exposições virtuais, disponibilizados nos seus *sites*, divulgados pelo *facebook*, *twitter* ou *instagram*, transmitidos por *zoom*, *youtube*, *skype* ou outros meios, permitiram manter a sua actividade e atingir mesmo um número muito mais alargado de pessoas.

ICCROM LECTURE SERIES
GLOBAL VOICES: HERITAGE AND PANDEMICS

REOPENING & ADAPTING HERITAGE PLACES DURING A PANDEMIC

22 May 2020 | 2:00 - 3:00 pm CET (Rome Time)

Panellists:

- Rishi Jigawa, ICCROM
- Eva Martínez, Instituto Hondureño de Antropología e Historia, Honduras
- Rebecca Kennedy, Curator Collections Care LLC, USA
- Kirsten Parker, Boston Public Library, USA
- Rajesh Kanti, Digital Institute of Disaster Management, India





Conserving Culture
PROTECTING HERITAGE

ICCROM LECTURE SERIES

LA CONSERVACIÓN APLICADA EN TIEMPOS DE COVID-19 A CONSERVAÇÃO APLICADA EM TEMPOS DE COVID-19

19/11/2020 | 16:00 CET (Rome, Italia)

Moderadores:

- Valérie Magar, ICCROM
- José Luis Pedernali, ICCROM

Oradores:

- Joana Amaral, Paços de Sintra Monte da Lua, SA, Portugal
- María Hernández Acosta, Museo Nacional del Prado, España
- María Lacort, Museo Histórico del Norte, Argentina
- María Cecilia Rodríguez Moreno, Centro Nacional de Conservación y Restauración, Chile
- María Valdez Moreno, Coordinación Nacional de Conservación del Patrimonio Cultural, México









O futuro obrigará a uma gestão equilibrada do difícil binómio: incrementar a presença online, aumentado e diversificando o acesso versus manter a ligação física aos seus públicos. Nesta época de verdadeiro fascínio pela tecnologia, será um verdadeiro desafio conseguir atrair as novas gerações, seduzidas pelo “*approach* do virtual”.



Partindo de conteúdos já existentes e, sobretudo, criando novos, aproveitando para mostrar aspectos menos conhecidos (reservas, intervenções de conservação e restauro, jardins...), foram inúmeras as iniciativas com que museus e monumentos tentaram suprir a presença física e, dando provas de grande resiliência, foram descobrindo novas formas de comunicar e de promover o acesso à cultura.

Houve experiências e projectos originais como o “Between Art and Quarantine” do Rijksmuseum de Amsterdão, que sugeriu os utilizadores da *web* a retratar-se reproduzindo obras célebres para depois partilhar as fotografias; o Museu Pompidou que investiu fortemente na criação de jogos interactivos para o público infantil.

A Boston Public Library voltou-se para a comunidade, incrementado o empréstimo domiciliário, distribuindo livros em lares ou adquirindo obras de artistas locais afectados pela pandemia. Museus de Nova Iorque colocaram-se ao serviço do combate à pandemia, adaptando espaços para recolha de sangue e análises. Alguns jardins históricos disponibilizaram espaços para cultivar vegetais... Exemplos interessantes de apoio à sociedade.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Resiliência é, no fundo, a capacidade de um sistema lidar com a mudança e continuar a desenvolver-se.

Num mundo pós-Covid, onde os orçamentos terão de responder a prioridades sanitárias, sociais e económicas, é fundamental que museus e monumentos consigam adaptar-se e demonstrar o seu papel na sociedade como “guardiães” da nossa herança cultural, mas também como espaços de inspiração e diálogo baseados no respeito pela diversidade e pelo reforço da coesão social.

Como agentes de transformação, deverão reforçar a ligação às comunidades em que se inserem, indo ao encontro das suas expectativas e inquietações, adoptando uma estratégia de desenvolvimento sustentável, tirando partido dos saberes tradicionais, dos recursos locais e regionais.

Em tempos de crise, é fundamental apostar em parcerias e em redes de instituições e de profissionais que permitam a partilha de conhecimentos e experiências, favorecer a divulgação de projectos e iniciativas, contribuir para a formação e sensibilização para o Património Cultural, sobretudo das gerações mais novas. É-o, também, investir em capacitação de profissionais na área da gestão de riscos e na ajuda ao Património em situações de risco/desastres.

Os riscos em pandemia (e isso foi patente tanto no sismo da Croácia como na explosão no Líbano) dificultam ou tornam mesmo impossível a mobilização internacional de especialistas e voluntários que, em situações de desastre ou catástrofe acorrem para ajudar (e são tantos estes exemplos

de solidariedade: Florença 1966; Haiti 2010; Nepal 2015...).

Uma das evidências da crise Covid-19 foi a constatação do acentuar de desigualdades entre os museus. Por exemplo, ao nível dos recursos informáticos e tecnológicos, num período em que o digital foi a fronteira entre o continuar a comunicar/mostrar ou não (segundo a UNESCO só 5% dos museus africanos puderam recorrer ao digital).

O futuro obrigará a uma gestão equilibrada do difícil binómio: incrementar a presença online, aumentado e diversificando o acesso versus manter a ligação física aos seus públicos. Nesta época de verdadeiro fascínio pela tecnologia, será um verdadeiro desafio conseguir atrair as novas gerações, seduzidas pelo “*approach* do virtual”.

Nesse sentido, seria importante lançar uma campanha de sensibilização para a ideia de que os museus e monumentos são locais seguros e confiáveis em termos sanitários; de que em tempos de crise e incerteza são locais de paz e de bem-estar e, sobretudo, de que por mais interessantes e aliantes que sejam as experiências virtuais, não há nada comparável à contemplação dos originais com toda a carga simbólica de história, memória e identidade civilizacional que encerram ■

** Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.*

[Novos] Desafios ao Património Cultural e [à] sua preservação

Reflexos de luz e sombra em tempos de pandemia

Sónia Filipe | Reitoria da Universidade de Coimbra

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
[...]*

*O tempo é a minha matéria, do tempo presente,
os homens presentes a vida presente.*

“Mãos dadas”, in *Sentimento do Mundo* (Carlos Drummond de Andrade, 2012)

2020 ficará para os anais da História como um ano inaudito. Data redonda, das que permanecem no ouvido e captam a atenção, vinte-vinte perspectivava-se como um ano de grande atividade, bafejado pela fortuna. Muito estava destinado a ser celebrado e concretizado, também no setor cultural.

2

020 chegou, e com ele trouxe um conjunto de circunstâncias que desafiaram a forma como vivemos e interagimos com a realidade que nos rodeia, quer como indivíduos, quer, de forma muito expressiva, como comunidade e sociedade, num mundo global. A paragem forçada e repentina, a incerteza, a (des)informação, algum [justificado] desalento perante o desconhecido, tomaram conta dos nossos dias. Sentimos que o presente foi colocado em suspenso, ao mesmo tempo que nos vimos obrigados a encetar um [imprescindível] processo de autoanálise e reflexão, que nos permitiu desenhar, ou começar a desenhar, a necessária programação de formas de reinvenção que permitam dar resposta, qualificada e portadora de futuro, aos desafios colocados pela realidade atual, tantas vezes distópica.

Se é verdade que este panorama se apresenta transversal a todos os setores da atividade humana, não podemos deixar de constatar que no setor da Cultura, incluindo os aspetos relacionados com a preservação e fruição do Património Cultural, os efeitos se fizeram sentir de forma muito expressiva e necessitaremos de tempo para ultrapassar a realidade que hoje nos é dada viver.

Chegámos a 2020 carregando ainda os escombros do Museu Nacional do Rio de Janeiro, excecional lugar de memória da História Natural da América Latina, e do património comum luso-brasileiro, cujo incêndio e derrocada levaram consigo parte expressiva “de um acervo histórico e científico insubstituível”. Lamentámos as perdas irreparáveis e procurámos refletir sobre as

estratégias de gestão e salvaguarda em curso que, então, não permitiram cumprir os compromissos assumidos. Assistimos, comovidos, ao afincio e espírito de missão com que as equipas de investigadores participaram no processo de limpeza e remoção dos escombros do museu, permitindo a recuperação de grande parte do crânio de Luzia, testemunho de entre os primeiros da presença do Homem nas Américas, restituindo alguma esperança e libertando alguma da sensação de orfandade que o anúncio da sua perda tinha produzido.

Ainda não totalmente refeitos deste infortúnio, sentimos como nossas as cinzas de Notre-Dame, olhando, incrédulos, para o cenário de destruição pelo fogo daquele que é um dos nossos referenciais de Memória. A catedral, e a nossa memória com ela, ardiam sem aviso prévio perante a incredulidade da Europa, e do mundo. Assistimos a este momento incrédulos, reagindo de forma emotiva, como se de coisa nossa se tratasse. Como sempre deve ser quando estamos perante a nossa herança e legado comuns. O processo de reconstrução, e os modelos ensaiados para a mesma, permitiram lançar o [sempre útil e necessário] debate dos limites e estratégias a adotar no que respeita à Reabilitação e Restauro do Património. Aparentemente, nem Notre-Dame passou incólume ao fenómeno de aumento expressivo de roubo e tráfico de obras de arte e artefactos culturais durante o período da pandemia, fenómeno global que tem levado os organismos internacionais a reforçar os sistemas de alerta e a desenvolver programas de sensibilização para o combate ao roubo e tráfico ilícito de antiguidades (como, a título de exemplo, o projeto ATHAR).

Poderíamos continuar a elencar desafios e dificuldades colocadas ao Património Cultural e sua preservação, adindo exemplos e desafios nacionais que precedem o ano de 2020. Deixamos de fora, a título de exemplo, a urgente reflexão que importa manter acerca das tensões existentes entre as formas de visita globalmente adotadas – turismo

“

**Qual é aquela que,
por força da nossa
atividade profissional,
associativa, académica,
estamos já a procurar
imprimir nas decisões que
quotidianamente temos
de operar no domínio da
salvaguarda patrimonial?**

”

massificado –, e a preservação dos espaços patrimoniais que se visitam. Que estratégias de mitigação das tensões existentes podem e devem ser implementadas? Como garantir a fruição sustentável do Património, não deixando de potenciar o seu valor económico e social, refletindo seriamente sobre o diagnóstico e propostas de ação recentemente reportados (Gonçalves; Carvalho e Tavares, 2020).

Não é possível ir além do breve apontamento acerca dos riscos que uma diminuição da ação de acompanhamento de proximidade e fiscalização da atividade de reabilitação do parque edificado português (por parte das entidades de Tutela do mesmo) trouxe para a implementação de ações e estratégias danosas para o património em presença, por parte de alguns promotores, um pouco por todo o país. Abate-se sobre o programa geral de reabilitação de edifícios em núcleos urbanos antigos – particularmente sobre aqueles que constituem exemplo de técnicas, méto-

dos e materiais tradicionais do domínio da arquitetura vernacular – a adoção generalizada de um conjunto de opções que promovem o desaparecimento deste património (quer na sua vertente física, quer na vertente imaterial [com o perigo do desaparecimento do saber fazer associado]) que urge travar, repensando os modelos admitidos no conceito de “reabilitação” (que, tantas vezes, não são mais do que fachadismo e perda irreversível de sistemas e modos de construir e ocupar o espaço urbano e periurbano).

Há muito que os desafios colocados às questões do Património são permanentes, plurais e complexos. O caminho que nos conduziu a 2020, à omnipresente *companhia* do SARS-COV2, à realidade pandémica e a um [permanente] clima de incerteza, também no setor cultural, vinha já sendo acompanhado de sinais de alerta e necessidade de ação e combate para os diferentes riscos identificados. Estes riscos, de ordem física e/ou concetual, agravaram-se em 2020.

Não podemos, no entanto, deixar de considerar que, a par dos riscos associados a esta crise pandémica, ou por ela potenciados, existe uma inegável vantagem em encarar este tempo como embrião e oportunidade de mudança. Como possibilidade de construção de uma estratégia mais concertada e sustentável para os desafios do tempo presente. Como aponta Drummond “*O tempo é a minha [nossa] matéria, do tempo presente, os homens presentes /a vida presente*”. O passado nunca regressa igual, e o futuro será em boa medida, aquilo que ousarmos sonhar.

Impõe-se, por isso, refletir sobre quais poderão ser, então, as oportunidades colocadas ao Património Cultural que a pandemia proporcionou. Qual é a paisagem pós-pandémica que queremos construir para o Património Cultural? Qual é aquela que, por força da nossa atividade profissional, associativa, académica, estamos já a procurar imprimir nas decisões que quotidianamente temos de operar no domínio da salvaguarda patrimonial?



Entendemos que este período nos pode ter concedido a oportunidade para o reencontro com o *genius loci* que habita [ainda] cada lugar de memória. Para promover formas distintas e de maior proximidade a utilizadores desencontrados com os seus locais-memória, como o público jovem (mesmo que, num aparente paradoxo, maioritariamente por recurso a estratégias de comunicação em plataformas digitais).



Grande parte dos monumentos e espaços museológicos fecharam em 2020. Todos reduziram a sua atividade presencial de forma muito significativa. Esta pausa repentina no uso dos espaços permitiu, ou poderá ter permitido, a oportunidade de refletir sobre o estado atual do nosso património cultural. Esta circunstância foi global e abrangeu o património em todas as suas escalas e área de atuação.

No que concerne ao património edificado, seja ele de cariz monumental ou não monumental, os riscos e desafios têm sido imensos, mas o mesmo se pode dizer no que respeita às oportunidades surgidas: no campo dos estudos sobre os edifícios e espaços; na investigação sobre as formas de construir e ocupar um dado território; no diagnóstico do estado de preservação dos espaços e definição de um fundamental plano de manutenção física; no desacelerar da pressão efetuada sobre alguns espaços, claramente em sobrecarga pelo número de visitantes que diariamente lhe acediam...

As questões relacionadas com a gestão, os modelos de governança, a criação de recomendações sobre modos e formas de reabilitar edifícios e núcleos edificados, a valorização e melhoria de boas práticas públicas no âmbito da cidadania participativa, poderão ter conhecido neste período oportunidade para reflexão e consolidação de práticas que a todos beneficiariam.

A paragem forçada que fomos obrigados a viver em simultâneo pode ter-se constituído também como um amplo espaço de oportunidades e possibilidades para a redefinição dos ritmos e modos de operar e intervir sobre o património cultural. Muito dos estudos e propostas em curso puderam ser repensados, redesenhados, reajustados, permitindo o [desejado] desenho de uma nova arquitetura para este sistema operativo, que promova, de forma eficaz e cabal, a necessária salvaguarda e valorização patrimoniais.

Os processos de definição e programação das estratégias de intervenção no património, mormente no parque edificado, constituem-se como importantes momentos de reflexão sobre um dado edifício, sua história, evolução e preexistências, proporcionando sempre uma janela de oportunidade para a sua eficaz salvaguarda patrimonial. Esta pode, ou não, ser devidamente aproveitada e depende de um conjunto de fatores, nem sempre fáceis de articular. Encontrar as melhores estratégias e procedimentos, que garantam a manutenção da integridade e autenticidade dos espaços a intervir, preservando os diferentes traços da sua história longa e complexa, é desafio robusto, que carece de múltiplos olhares, disciplinas e saberes – qualificados e atentos –, empenhados na procura das melhores soluções técnicas e que operem em conjunto desde a conceção – execução à divulgação dos resultados.

Para que seja instrumento eficaz ao serviço da intervenção em património é fundamental o olhar combinado e qualificado do arquiteto e do engenheiro (devidamente habilitados a trabalhar sobre construções antigas), a par do olhar do arqueólogo, do historiador e do historiador de arte, do conservador-restaurador, dos especialistas em arqueociências, e de tantos outros especialistas que, em conjunto, agreguem o conhecimento que as diferentes valências geram (Filipe, 2020). Seria desejável que a desaceleração das intervenções criada pela pandemia, de duração indeterminada, pudesse permitir a introdução, a uma maior escala, de intervenções norteadas por estes princípios, e cuja aplicação não se concretize apenas em monumentos classificados de reconhecida monumentalidade.

Entendemos que este período nos pode ter concedido a oportunidade para o reencontro com o *genius loci* que habita [ainda] cada lugar de memória. Para promover formas distintas e de maior proximidade a utilizadores desencontrados com os seus locais-memória, como o público jovem (mesmo que, num aparente paradoxo, maioritariamente por recurso a estratégias de comunicação em plataformas digitais).

Este reencontro não se deseja similar ao relatado por Calvino na sua breve descrição de Maurília, essa cidade na qual os viajantes eram encorajados a visitar ao mesmo tempo

que se deparavam com velhos postais ilustrados, que representavam uma imagem cristalizada do seu passado, não reconhecendo sequer qualquer encontro ou continuidade entre o espaço percorrido e a memória ilustrada (Calvino, 2015). Não se recomenda nem deseja a preferência pela cidade dos postais à cidade presente, como desejado pelos *maurilienses*, mas antes a descoberta a apropriação de uma realidade viva e atuante, cuja memória importa testemunhar, porque é condição de futuro.

Como afirma Guilherme d'Oliveira Martins *“esperar, considerar e recordar são componentes de qualquer atitude humana. E assim herança e memória têm de ser consideradas pelo valor que contêm, devendo ser defendidas e preservadas em ligação direta com a vida. Não faz sentido encarar a memória como uma realidade congelada ou paralisada no tempo. [...] Para defender, proteger ou preservar um testemunho arqueológico ou um monumento, temos de considerar o valor histórico e patrimonial, mas também a relação que a sociedade tem com esse elemento.”* (Martins, 2020: 26).

Em síntese, se o campo das dificuldades é imenso no que respeita às consequências da realidade pandémica com que terminamos o ano de 2020, é também verdade que este período não foi isento de oportunidades:

- **ao nível de estudos e diagnóstico que estimulem a pluridisciplinaridade na programação das intervenções nos edifícios e espaços públicos;**

- **na possibilidade de reflexão e implementação de uma estratégia concertada na avaliação e redução de risco para o Património;**

- **na definição de protocolos de monitorização dos espaços; na definição e programação de planos plurianuais de ação e intervenção em espaços patrimoniais (promovendo as ações de manutenção e conservação ordinárias e atrasando a necessidade de implementação de intervenções de conservação e reabilitação extraordinárias);**

- **no desenvolvimento de projetos e estudos de investigação complementar sobre os espaços, com a colaboração da Academia;**

- **para a mediação cultural e a comunicação do Património (com a disseminação de novos palcos para as iniciativas culturais – com a ressalva de que nem todas as oportunidades neste campo são “apenas” do domínio da comunicação digital).**

Ambicioso? Utópico? Afastado da realidade? É bem possível que assim seja. Mas possível. Desejável. Materializável, em igual

medida. E perfeitamente a tempo de ser concretizável, uma vez que 2021 não apresenta, para já, uma realidade diferente da vivida. Assim se assuma este desígnio coletivo.

Desconhecemos ainda as cicatrizes que a pandemia deixará no panorama cultural. Não podemos ignorar que serão amplas e significativas.

Vivemos (n)um momento de espanto. Procuramos persistir no caminho da teimosa esperança que nos leva, como a João Sem Medo, a saltar o muro. Lemos o aviso “É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir” (Ferreira, 2013:10). Avancamos, com espanto e tudo ■

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Carlos Drummond de (2012), *Sentimento do mundo*. Companhia das Letras. São Paulo.
- Calvino, Italo (2015), *As Cidades Invisíveis*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Ferreira, José Gomes (2013), *Aventuras de João Sem Medo: panfleto mágico em forma de romance*. Leya, 7.ª edição, Lisboa.
- Filipe, Sónia (2020), “Património[s] da UC: Conhecer o passado. Construir o futuro”, *Rua Larga. Ousadia(s)*. Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra, número 54, março de 2020, p. 104-107. Coimbra.
- Gonçalves, Catarina V.; Carvalho, José Maria L. e Tavares, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Fundação Millenium BCP.
- Martins, Guilherme d’Oliveira (2020), *Património cultural – Realidade viva*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.



Mudança de paradigma para um Património Cultural do Interior no pós COVID-19

Alice Tavares | Investigadora da Universidade de Aveiro, Presidente da APRUPP

Si vis pacem, para bellum, provérbio muito antigo que em tradução corrente significa se quer paz, prepare-se para a guerra e que independentemente das associações bélicas que lhe estejam associadas apresenta uma forma afirmativa de dizer que a estabilidade não se alcança sem preparação, resiliência, vontade e capacidade de atuar.



pandemia COVID-19 (SARS-Cov2) estabeleceu um travão a todos os níveis da sociedade, um novo nível de guerra mundial, colocando à prova a preparação ou impreparação da mesma para demonstrar essa resiliência para estruturar o futuro do pós COVID-19, nomeadamente ao nível do importante setor do Património Cultural. Chegamos a um presente em que vivemos uma aceitação permanente de antagonismos, em que o Sim e o Não podem fazer parte da mesma Lei / posição / estratégia, com a dificuldade inerente de conciliar decisões e enfrentar lobbies.

No entanto, a preparação para uma estrutura resiliente da sociedade, mesmo em tempos de “guerra”, deve ser feita e existem desafios que exigem ações e exigem lideranças de responsabilidade pública. Qualquer desafio gera oportunidades, basta reconhecer as debilidades, os enquadramentos e a estrutura das comunidades onde se atua, para não se repetirem os mesmos erros, com outras roupagens.

EXISTEM LIÇÕES A APRENDER DE OUTROS

Em 2012, o Japão lançou um programa a que chamou “Desenho de comunidades”. Tratava-se de um programa de apoio à conservação do Património Cultural da rede de aldeias de Kyoto e de outras grandes cidades, reconhecendo que cidades altamente tecnológicas têm de ter a capacidade de salvaguardar igualmente as suas raízes culturais, mantendo-as vivas com as pessoas de origem. As debilidades da estratégia residiam em algo comum a muitos países e a Portugal: a assimetria de oportunidades/ qualidade de vida entre o litoral e o interior, a migração das camadas mais jovens das comunidades, mas em contraponto a genuinidade das raízes culturais expressas quer na arquitetura vernacular, quer na relação do construído com a paisagem, quer nas práticas genuinamente sustentáveis de uso dos recursos naturais ou de tradições de vida e sentido de pertença ao lugar.

Como ultrapassar as debilidades e tirar partido e valorizar esse Património cultural enquanto memória viva? A chave encontrada, nesse caso, foi a estruturação de redes de cooperação, com base num programa e num planeamento a longo prazo, com diferentes interlocutores e responsabilidades definidas, para cumprir uma função em momentos precisos. A gestão política e territorial assegurava uma análise das condições de vida dessas populações e formas de as melhorar, dando-lhes condições para se manterem nos lugares e abrindo ao turismo cultural as aldeias de forma criteriosa, ao longo do ano, em períodos definidos, com número de visitantes fixo, para impedir alterações radicais de funções e o turismo de massas. As aldeias fechariam nos períodos do ano em que se realizaria a manutenção das casas e espaços exteriores, num sistema apoiado de cooperação entre aldeias e em sistema rotativo, não impedindo as visitas, mas alterando os circuitos da rede turística conforme as necessidades. As universidades contribuíam com estudos sobre a





Os programas de apoio monofuncionais (com medidas que apenas apoiam a implantação do turismo) e sem cruzamento com o desenvolvimento e coesão social é algo a rever no nosso país e nomeadamente nos próximos apoios financeiros disponíveis. Os efeitos da intervenção exclusiva em edifícios podem ser rápidos, dar a aparência de se terem atingido metas turísticas, mas são pouco duradouros em termos de fixação de população, verificando-se a exploração desses edifícios por pessoas/investidores não residentes no local ou região.



conservação do sistema construtivo dos edifícios e soluções para a melhoria do conforto e uma rede de mecenas contribuía para a sustentabilidade financeira dessas operações de conservação dos edifícios e permanência dos residentes.

O convite a entidades culturais de outros países para avaliar a implementação desta rede, incluindo um período de permanência de representantes destas nos locais e apresentação de relatórios críticos sobre os aspetos a melhorar, fechavam o programa geral. A abertura à crítica é algo fora do normal, mas o mais significativo é sem dúvida a montagem de uma rede de apoio estruturada e planeada, numa atuação à escala do território, estabelecendo-se medidas que atingem os objetivos de preservação cultural com a manutenção da população local e sobretudo atuando em antecipação à erosão demográfica a que as regiões interiores estão mais sujeitas.

Aspetos a ter em conta em relação às redes de aldeias em Portugal, ou áreas urbanas em desertificação, cujo formato de atuação, com design muito apelativo de comunicação, formata as oportunidades para um perfil de população inexistente no local, apresentando por esse motivo dificuldades na manutenção

da população de origem e abrindo a porta ao risco de aldeias temáticas exclusivamente para o turismo, *selfies* e *recuerdos*. Os programas de apoio monofuncionais (com medidas que apenas apoiam a implantação do turismo) e sem cruzamento com o desenvolvimento e coesão social é algo a rever no nosso país e nomeadamente nos próximos apoios financeiros disponíveis. Os efeitos da intervenção exclusiva em edifícios podem ser rápidos, dar a aparência de se terem atingido metas turísticas, mas são pouco duradouros em termos de fixação de população, verificando-se a exploração desses edifícios por pessoas/investidores não residentes no local ou região. Ou seja, disponibiliza-se financiamento sob a capa de melhoria das condições de vida da população local, quando na realidade estas ficam completamente fora dos benefícios, quer de apoio financeiro para as funções que sabem desenvolver e estão preparadas, quer para medidas duradouras de fixação segundo as suas aspirações.

A pandemia COVID-19 veio demonstrar que existe um nicho de turismo rural ou de natureza crescente que valoriza o Património Cultural de regiões do Interior e nomeadamente destas aldeias. Estas precisam de ser mais apoiadas para se manterem vivas, numa

vertente de valorização de Paisagem humanizada como Património Cultural, com uma alteração urgente de paradigma, conjugando a intervenção em edifícios com a coesão e desenvolvimento social em rede, dirigido à estrutura social existente nesses locais e acima do interesse turístico. Esta vertente do Património Cultural tem grandes potencialidades como âncora de desenvolvimento do país no pós-pandemia(s) com um contributo importante para o equilíbrio entre turismo nacional e internacional em Portugal ■

Reflexão sobre os caminhos do património tangível no pós-pandemia

Patrícia Brum | Secretária-geral do ICOMOS PT

Através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular.

Artigo 3.º da Lei n.º 107/2001

O património cultural é entendido como um bem que deve ser legado, constituindo assim um factor de paz, união e coesão social intra e inter-geracional. A maioria de nós não tem dúvidas sobre o benéfico papel que o património terá no futuro. E quando questionados sobre a sua importância é frequente utilizarmos o argumento de que o protegemos “para as gerações futuras”, e na nossa mente surgem até imagens de crianças e jovens, que representam esse futuro para o qual trabalhamos. No entanto, com a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida, tudo indica que teremos uma população mais envelhecida. Será que sabemos para que futuro trabalhamos? Não estaremos a alicerçar a protecção do património em suposições sobre um futuro que pouco estudámos e/ou planeámos?



este futuro que constantemente se altera, juntamos ainda as incertezas que nos trouxe o exemplo da crise pandémica. Com o surto de Covid-19, simultaneamente somos obrigados a viver mais afincadamente o presente e ansiamos ainda mais pelo futuro, um futuro pós-pandémico, com a retoma das realidades que conhecíamos anteriormente, mas também com novas prioridades.

Hoje, como sempre na conservação, a questão que se coloca é: como integrar a mudança no património? Como podemos planear agora o que necessitaremos no futuro? Começa a surgir no Norte da Europa o conceito de “Heritage Futures”, entendido como o papel do património na relação entre as sociedades presentes e as futuras e que foi traduzido para português como “patrimónios futuros” por investigadores do outro lado do Atlântico (Holtorf e Muniz, 2020), ainda que não de forma consensual. A Cátedra UNESCO da Universidade de Lineu, de 2017, dedicada ao tema, publicou recentemente o livro *Cultural Heritage and the Future* (Holtorf e Högborg, 2020), no qual se apresenta esta lacuna no estudo do património e tratando temas teóricos e práticos num debate que se pretende multidisciplinar.



Mas o verdadeiro risco que a pandemia expôs foi o medo da perda de relação das pessoas com o património. A pandemia intensificou e acelerou algumas das tendências que se vinham a identificar.

Os meios digitais, por exemplo, ganharam muito maior relevância. Ficámos mais distantes, mas paradoxalmente também mais próximos daqueles que estão mais distantes fisicamente.

Enquanto alguns temeram a substituição da visita física pelos meios virtuais, por outro lado houve um investimento no registo virtual de alguns monumentos e na sua divulgação, que os tornou mais acessíveis a quem tem a possibilidade da sua utilização.



É certo que o futuro é difícil de prever, mas há já tendências e temas que nos preocupam, e que é expectável que se mantenham no futuro. A crise climática, por exemplo, tem afectado o mundo em geral e o património em particular (*vide* n.º 64 desta revista). As alterações climáticas potenciam o desaparecimento físico de sítios arqueológicos, entre outros, e são apenas um dos muitos riscos a considerar na sua gestão. Responde-se, por vezes, com a “conservação pelo registo”, conforme referido na lei, assumindo com frequência que não conseguiremos impedir a sua perda, mas que não deixaremos que se perca em absoluto o seu conhecimento.

Nas diversas listas de risco existentes estava já também incluída a questão pandémica. Se classificássemos apenas o impacto directo da emergência sanitária, pedras e fragmentos de cerâmica não correriam, de facto, riscos. Porém, na realidade, a situação actual veio mostrar que uma pandemia também põe em risco o património. Com o afastamento físico de equipas de terreno, trabalhos de investigação e de manutenção, tais como o controlo da vegetação, foram adiados. E assim os riscos da pandemia para o património tangível se tornaram mais reais e efectivos, já que “Negligência e/ou falta de uso e manutenção são muitas vezes fonte de possível deterioração ou destruição.”, conforme referido no recém-publicado relatório do ICOMOS (Heritage at Risk 2016-2019, p.9). O ICOMOS criou ainda um grupo de trabalho

específico para analisar o impacto da pandemia no património e fez um inquérito a todas as Comissões Nacionais (Kono *et al.* 2020).

Mas o verdadeiro risco que a pandemia expôs foi o medo da perda de relação das pessoas com o património. A pandemia intensificou e acelerou algumas das tendências que se vinham a identificar. Os meios digitais, por exemplo, ganharam muito maior relevância. Ficámos mais distantes, mas paradoxalmente também mais próximos daqueles que estão mais distantes fisicamente. Enquanto alguns temeram a substituição da visita física pelos meios virtuais, por outro lado houve um investimento no registo virtual de alguns monumentos e na sua divulgação, que os tornou mais acessíveis a quem tem a possibilidade da sua utilização. E nunca se tinham organizado tantos debates virtuais, com tanta e tão diversa participação, resultando em eventos que reúnem agora pessoas de diferentes continentes, sem necessidade de deslocações.

Quando terminou o primeiro confinamento, foi possível reabrir os espaços culturais em segurança, tendo inclusivamente sido criado o selo “Clean and Safe”, pelo Turismo de Portugal, que abrangeu monumentos e museus, além dos demais espaços turísticos. E assim voltaram os visitantes, tendo-se assistido a uma maior participação dos públicos nacionais, que em alguns casos equilibraram o menor número de visitantes estrangeiros, assim foi o caso, por exemplo, nas Ruínas Romanas de

Troia. Seria bom podermos dizer que passámos a conhecer-nos melhor.

Talvez nem tudo tenha sido negativo neste momento de ameaça sanitária. Alguns espaços passaram a ter limites nos seus números de visitantes, ao invés de serem avaliados pelo sistema quantitativo de “quanto mais melhor”. Contudo, falta ainda encontrar novas soluções para uma avaliação qualitativa das experiências dos visitantes e do desenvolvimento da sua conservação e investigação.

Com o turismo em crise, teremos agora oportunidade de encontrar novos usos para o património, porventura mais sustentáveis. A sustentabilidade era já palavra de ordem no mundo presente, tal como se alertava em 2016 nesta revista (*vide* n.º 60 da *Pedra & Cal*), onde se discutia o património e o futuro, e se dizia que estávamos perigosamente perto de esgotar recursos não apenas no património natural, mas também cultural, um recurso que, relembre-se, ao contrário do primeiro, é muitas vezes não renovável e absolutamente insubstituível.

Na *agenda para 2030* da ONU identificam-se 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), não tendo sido individualizada a cultura como um objectivo isolado, mas antes sendo considerada um factor transversal a todos os objectivos. Ainda assim, destaca-se o ponto 4 do objectivo “11 – Cidades e comunidades sustentáveis”, onde o património é

“

Talvez nem tudo tenha sido negativo neste momento de ameaça sanitária. Alguns espaços passaram a ter limites nos seus números de visitantes, ao invés de serem avaliados pelo sistema quantitativo de “quanto mais melhor”. Contudo, falta ainda encontrar novas soluções para uma avaliação qualitativa das experiências dos visitantes e do desenvolvimento da sua conservação e investigação.

”

visto como motor e impulsionador de sustentabilidade. Durante a pandemia, foi publicada uma declaração para que a cultura possa realizar o seu potencial na resposta à crise, reconhecendo-se, integrando e suportando os desafios culturais na planificação do recomeço (campanha #CULTURE2030GOAL).



Já a Convenção de Faro, adoptada em Portugal em 2008, nos falava de sustentabilidade e de comunidades patrimoniais. E não devemos esquecer que o património intangível, mais permeável, é indissociável dos futuros do património tangível, e teve também as suas perdas, conforme referido no Relatório do ICOMOS (Kono *et al.* 2020). Os patrimónios que não se revelarem sustentáveis, não sobreviverão, já o sabíamos antes. Mas de

que forma o património pode ser sustentável cultural, ambiental, económica e socialmente seria todo um outro tema a tratar (veja-se, por exemplo, Sabou, 2012).

QUE PAPEL PODERÁ E DEVERÁ O PATRIMÓNIO TER NO FUTURO?

Há mais perguntas que respostas, mas temos agora a oportunidade de mostrar que se vive melhor com património e, também por isso, ele tem de ser protegido. Devemos abraçar a mudança do mundo que está para vir, sem menosprezar o caminho que já se traçou até aqui. Penso que a melhor resposta é ligar o património às pessoas, para que sejam estas a escolher o que urge preservar, pois mais facilmente perdemos aquilo que achamos importante. Este será um difícil exercício, para o qual a educação é fundamental, pois para fazermos escolhas temos que estar bem informados.

Este momento de pausa deve ser capitalizado como um momento de reflexão, no qual podemos corrigir a rota e aproveitar para tentar não repetir os erros do passado. **O património, para além de nos ensinar sobre o passado, será sempre uma ferramenta de futuro ■**

BIBLIOGRAFIA

- Cameron, C. (2010) The unnatural history of heritage: what's the future for the past?, *Journal of Heritage Tourism*, 5:3, 203-218, DOI: 10.1080/1743873X.2010.505289
- Campagne Culture2030Goal (2020), "Pour que la culture réalise son potentiel dans la réponse à la pandémie de COVID-19", publicado em Barcelone, Brazzaville, Bruxelles, Buenos Aires, Montréal, Paris e La Haye, a 20/04/2020
- DeSilvey, C. (2017) *Curated Decay. Heritage Beyond Saving*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Holtorf, C., & Högborg, A. (2020) *Cultural Heritage and the Future* (1st ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315644615>
- Holtorf, C.; Muniz, T. (2020) "Cultural heritage building up future thinking." *Cadernos do Lepaarq*, v. XVII, n.º 34, p. 337-344
- ICOMOS (2020) *Heritage At Risk World Report 2016-2019 On Monuments And Sites In Danger* http://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/icomos_Heritage%20at%20Risk_hr20_2016_2019.pdf
- Kono, T. (ed.), Adetunji, Olufemi, Jurčys, Paulius, Niar, Sanaa, Okahashi, Junko and Rush, Virginia (2020) *The Impact of COVID-19 on heritage: an Overview of Responses by ICOMOS National Committees (2020) and Paths Forward*. ICOMOS
- Sabou, G. (2012) "Sustainable Heritage Management - a Matter of National Policies Congruence", *International Journal of Economic Practices and Theories*, Vol. 2, N.º 3, 2012 (July), e-ISSN 2247 - 7225

* Artigo redigido ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

Fórum do Património 2020

As ONG preparam o pós-pandemia

Vítor Cóias | Comissão organizadora do Fórum do Património 2020

A edição de 2020 do Fórum do Património, este ano realizada inteiramente online, sob o lema “Defendendo o Património em tempo de Pandemia”, foi estruturada em duas partes. Numa primeira parte procurou-se fazer uma reflexão sobre questões de fundo levantadas pela pandemia, no presente e no futuro próximo, nomeadamente os seus efeitos na gestão, visitação e conservação do Património, e a importância, desse mesmo ponto de vista, dos instrumentos de gestão urbana e do território. Na segunda parte pretendeu-se promover a partilha de experiências sobre as ações desenvolvidas pelas ONG no terreno. Para além de uma intervenção focando a importância dos levantamentos patrimoniais, esta segunda parte consistiu na apresentação de situações concretas em que quatro ONG do Património se empenharam no ano de 2020, e dos desenvolvimentos entretanto verificados. Estiveram em foco os casos do museu judaico projetado para o Largo de S. Miguel em Alfama, do projeto de musealização da Sé de Lisboa, da Quinta do Braamcamp no Barreiro, e da obra a decorrer na Gandarinha em Sintra. Antes do período de debate, um jurista convidado fez uma apresentação sobre o recurso aos tribunais administrativos.



A questão mais gravosa, de acordo com as ONG, reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais, uma situação concreta que muitas ONG apontam como estando a acontecer nas suas áreas de influência. Esta destruição ou abandono ocorre por falta de vigilância ativa sobre o património, mas também pela inexistência de estratégias de atuação patrimoniais, do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.



endo como lema “Defendendo o Património em tempo de Pandemia”, a edição de 2020 do Fórum do Património visou criar, não obstante as limitações impostas pela atual situação de pandemia, uma oportunidade para as ONG novamente interagirem, trocarem experiências e expressarem as suas preocupações e expectativas. Para pôr em prática este objetivo, propôs-se estruturar o evento, este ano realizado inteiramente *online*, em duas partes focando dois temas: numa primeira parte, subordinada ao tema ***O Património durante e depois da pandemia***, em que intervieram Sofia Macedo (APAI) e Alice Costa (APRUPP), procurou-se fazer uma reflexão sobre questões de fundo levantadas pela pandemia, no presente e no futuro próximo, nomeadamente os seus efeitos na gestão, visitação e conservação do Património, e a importância, neste contexto, dos instrumentos de gestão urbana e do território.

Na intervenção de abertura, **Sofia Macedo** da APAI, sediada em Lisboa, apresentou as conclusões do inquérito promovido este ano

pelo Fórum do Património acerca do impacto da pandemia sobre o Património Cultural, na ótica das ONG. Sendo de destacar que a pandemia promoveu formas de reflexão sobre o Património Cultural que há muito eram necessárias e que todos fomos obrigados a equacionar o seu papel nas nossas vidas, muito por via da ausência da sua fruição. As ONG identificaram não só, problemas, mas também oportunidades advindas desta pandemia, sobretudo uma maior apropriação dos meios digitais por parte do PCC, oportunidades de formação e os benefícios que as necessárias interrupções de trabalhos de construção civil trouxeram para os bens culturais.

Permanecem, nas respostas dadas, mais problemas que oportunidades, que não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela. Um dos mais identificados foi a necessidade de repensar a ligação que o Património Cultural estabeleceu com a indústria do turismo, quer no sentido de ter orientado a intervenção em património para o usufruto turístico, sobretudo com a requalificação dos edifícios neste sentido, mas também com uma

perda de rendimentos por via da perda de visitantes que poderá condicionar intervenções na salvaguarda e valorização dos imóveis. A questão mais gravosa, de acordo com as ONG, reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais, uma situação concreta que muitas ONG apontam como estando a acontecer nas suas áreas de influência. Esta destruição ou abandono ocorre por falta de vigilância ativa sobre o património, mas também pela inexistência de estratégias de atuação patrimoniais, do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.

As ONG estão também atentas à gestão do Património Cultural e reclamam para si um papel mais interventivo nas estratégias de salvaguarda e valorização, quer diretamente, quer através da sua participação em estruturas governamentais em vários níveis, sendo necessária uma cidadania ativa e vigilante.

Para que tal seja possível, as ONG necessitam de uma maior capacitação que vem não só da existência e/ou disponibilização de recursos financeiros, como de serviços e recursos partilhados que tenham em conta a existência de problemas e necessidades comuns e, a partir daí, organizar linhas de intervenção. Um dos serviços mais importantes para as ONG é o apoio jurídico que permita uma melhor intervenção nas ações de salvaguarda e proteção concretas. As ONG apostam também nas boas práticas. Este parece ser um modelo de atuação que recolhe as opiniões favoráveis e permite competências para a educação para o património. A comunicação é também outros dos eixos que estruturam as opiniões recolhidas das ONG. Estas estratégias de comunicação devem ser implementadas junto das entidades da tutela do património e dos meios de comunicação social, reforçando uma comunicação exterior pelas ONG. Ausente das respostas das ONG estão ações no campo da comunicação digital, sobretudo a utilização das redes sociais como forma de cumprir os objetivos das associações.

As ONG apresentaram ainda propostas centradas na criação de redes de proximidade entre cidadãos ou redes digitais de partilha de informação, mas que permanecem residuais naquilo que é a esfera tradicional de trabalho das associações: uma maior participação nas estruturas de decisão, ações de sensibilização e divulgação, apoios e benefícios financeiros. Parece ser evidente, para o geral das ONG, que houve, em época de pandemia um crescimento da consciência da relevância dos bens patrimoniais e da importância de uma fruição física destes espaços. Embora tenha sido possível um alargamento da partilha do património, sobretudo por via digital, a apropriação do espaço permanece como essencial em qualquer ação referente ao Património Cultural. Pedem-se novas abordagens no pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil.



ALICE COSTA
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Alice Costa, presidente da APRUPP, sediada no Porto, destacou a importância da participação das ONG aquando da elaboração ou revisão dos Planos Diretores Municipais, dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor de Salvaguarda, pelo menos na fase da sua discussão pública, dando particular atenção à importância atribuída ao Património e ao impacto associado aos novos equipamentos, como, por exemplo, os parques de estacionamento. O conhecimento detalhado dos instrumentos de planeamento urbano deve estar na base do ativismo ao nível autárquico. Referiu também a necessidade das autarquias disporem de arquitetos e engenheiros com as aptidões necessárias para lidarem adequadamente com a especificidade das intervenções no Património.

O instrumento poderoso para questionar/ impedir a intervenção num edifício com valor [patrimonial] é o PDM. É o PDM que permite intervir em larga escala.

Alice Costa



SORAYA GENIN
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

Já no segundo painel de intervenção, sob o tema **As ONG do Património em Ação**, procurou-se dar a conhecer casos de intervenção associativa em tempos de pandemia. A intervenção de **Soraya Genin**, presidente da Comissão Portuguesa do ICOMOS-PT, com sede em Lisboa, centrou-se no projeto de musealização da Sé de Lisboa. Apontou alguns dos danos causados aos vestígios da mesquita existente no local ao tempo da ocupação islâmica, que levaram a Ministra da Cultura a suspender a obra e determinar a alteração do projeto. Recordou um requisito fundamental das intervenções que envolvam edifícios ou conjuntos com valor histórico-artístico, que é o de respeitarem o princípio da intervenção mínima. Nessa linha, chamou a atenção para a necessidade de se aproveitarem as instalações e acessos existentes, nomeadamente todo o piso superior do claustro, que se encontra disponível.

A DGPC abriu a porta à discussão, o que é raro... normalmente estes casos são tratados por duas ou três pessoas... Neste caso houve um envolvimento muito positivo pela DGPC.

Soraya Genin



LEONOR MEDEIROS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020



MARIA DE LURDES PINHEIRO
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020



CARLA MARINA SANTOS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

O inventário do património arqueológico industrial constituiu o tema da apresentação de Leonor Medeiros, presidente da APAI. Nos anos oitenta e noventa do século passado foi desenvolvida uma importante atividade de inventariação do património arqueológico industrial, uma boa parte do qual se verifica hoje já ter desaparecido. Dado que, de então para cá, o trabalho de inventário tem sido descurado, grande parte do património industrial ainda existente não está documentado. Constata-se até que elementos importantes desse património estão a desaparecer sem sequer terem sido devidamente documentados, como é o caso do posto médico da CUF, no Barreiro, entretanto já demolido, e dos dois titãs do porto de Leixões, cuja demolição já está programada.

Leonor Medeiros destacou duas “cápsulas do tempo”, a fábrica de descasque de arroz da Casa Cadaval, em Muge, e a Fábrica de lápis Viarco, no Porto, com valioso património industrial que se encontra salvaguardado e foram objeto de levantamento e documentação através de parcerias entre a APAI e universidades.

O principal objetivo da APAI deve ser o inventário [do património industrial]: saber o que temos e como devemos alocar os recursos humanos e financeiros disponíveis.

Leonor Medeiros

Depois de historiar os antecedentes que levaram à constituição da associação, que se prendem com a degradação do bairro de Alfama e da ausência de planos para a sua reabilitação, **Maria de Lurdes Pinheiro**, presidente da APPA, centrou a sua intervenção no caso do projeto do novo museu judaico que a Câmara Municipal de Lisboa pretendia construir no Largo de S. Miguel, em Alfama, no lugar de um edifício de habitação entretanto demolido. A inadequação do local escolhido tornou-se clara logo no início de 2017, quando o Fórum Cidadania Lx, o GECORPA e o ICOMOS Portugal se interessaram pelo tema, no âmbito da preparação do Fórum do Património daquele ano. A oradora deixou claro que o movimento promovido pela APPA não era contra a construção do museu judaico em Alfama, mas contra o projeto que a Câmara pretendia que fosse construído no Largo de S. Miguel. Tendo a autarquia destinado recentemente outro local para o museu, a associação bate-se agora pela construção de casas de habitação que permitam a atração de novos moradores.

A nossa intenção foi sempre que a Câmara procurasse outro local. Inclusive, propusemos à Câmara um outro local, também em Alfama. Porque nós não somos contra o museu judaico. Nós estamos contra aquele projeto, no Largo de S. Miguel.

Uma economia de um bairro, de uma cidade ou de um país não pode ficar só dependente do turismo.

Maria de Lurdes Pinheiro

Carla Marina Santos, presidente da ABPMF, do Barreiro, centrou a sua apresentação na questão da antiga propriedade senhorial conhecida por Quinta do Braamcamp, situada na confluência do rio Coina com o Tejo, que a autarquia adquiriu em 2016 com o objetivo de o renaturalizar, recuperando o importante património molinológico nele existente e transformando-o num espaço para usufruto da generalidade da população. A mudança do executivo camarário trouxe uma alteração radical de decisão anteriormente tomada, dado que o terreno foi posto à venda, com a finalidade de o destinar a um empreendimento imobiliário. Tendo conseguido a colaboração *pro bono* de uma jurista, a associação avançou com uma providência cautelar para impedir que a propriedade dê origem a uma urbanização, e se possam antes promover a sua valorização dos pontos de vista ambiental e cultural, e permitir o seu usufruto pela população em geral.

Esta Plataforma [“A Braamcamp é de todos”] é um espaço de encontro de diversas vontades, opiniões, sensibilidades e preocupações, tem como denominador comum manter a Quinta Braamcamp como bem público de usufruto da população, respeitando a paisagem, o ambiente e o património.

Carla Marina Santos

O iní



MADALENA MARTINS
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

cio, em 2017, de grandes escavações na antiga Quinta da Gandarinha, situada na estrada icónica que liga Sintra à Pena, em plena zona classificada pela UNESCO como paisagem cultural, foi a “alavanca” para a constituição do movimento de cidadãos QSintra. Madalena Martins, uma das coordenadoras desta ONG, fez um breve historial do tortuoso caminho que tem seguido o licenciamento da construção de um novo hotel de grande porte e do respetivo estacionamento, um processo cujo início remonta a 1998. A contestação promovida pelo QSintra passou essencialmente pela mobilização da população, por reclamações junto de entidades com alguma forma de ascendente sobre o assunto e pela sensibilização dos meios de comunicação social. A intervenção dum canal de televisão precipitou, já em 2019, o embargo da obra pela Câmara, situação que se mantém atualmente. O movimento cidadão continua presentemente a bater-se para que se demulam as construções que excedem a volumetria original e que se reponham, até onde for possível, as características do sítio.

QSintra... um grupo de pessoas que resolveu deixar de refilar em grupo de amigos e passar à ação pública.

Madalena Martins



JOSÉ SARDINHA
FÓRUM DO PATRIMÓNIO 2020

José Miguel Sardinha, jurista convidado para participar na segunda parte do Fórum do Património de 2020, começou por sublinhar a primazia da legalidade urbanística e, por consequência, a necessidade das ONG que estão no terreno conhecerem com suficiente profundidade os instrumentos de gestão urbanística em vigor no município onde se propõem desenvolver a sua ação, porque são esses instrumentos que têm natureza regulamentar, e são, portanto, vinculativos, quer para a administração local, quer para os particulares.

Enumerou, em seguida, os vários passos que, do seu ponto de vista, qualquer ONG do Património pode dar perante uma operação urbanística cuja legalidade seja duvidosa:

1. Constituir-se como parte interessada do processo de licenciamento;
2. Adotar uma postura dialogante;
3. Perante uma ilegalidade, iniciar o contencioso, recorrendo aos tribunais administrativos;
4. Fundamentar o pedido do ponto de vista técnico, recorrendo a pareceres de pessoas de reconhecida competência.

Em última instância, e se as coisas evoluem para os tribunais, temos de pôr o bom e o mau gosto de lado ou, pelo menos, secundarizá-los, porque o que está em causa é apenas a legalidade urbanística do projeto.

José Miguel Sardinha

Não sendo a formulação de conclusões o objetivo da presente iniciativa, vários aspetos ganharam, no entanto, relevância durante as apresentações e o debate que se seguiu, muitos dos quais não constituem propriamente novidade para as ONG do Património ou para quem, de fora, acompanha a sua atividade.

Sobre o pano de fundo que é a desigualdade de recursos disponíveis pelas duas forças em presença, de um lado a promoção turística e imobiliária que alimenta a torrente de empreendimentos urbanísticos e do outro os cidadãos e suas organizações que se propõem preservar o património cultural construído, destacam-se os seguintes aspetos:

- A atenção que as ONG do Património devem prestar aos instrumentos de planeamento urbano, nomeadamente aos planos diretores municipais, aos planos de urbanização e aos planos de pormenor de salvaguarda, desde logo na fase de discussão pública;
- A importância da recolha precoce e divulgação de informação sobre operações urbanísticas e do recurso atempado aos mecanismos legais facilitadores do exercício da cidadania;
- A importância do apoio ao nível da consultoria, quer no domínio jurídico, quer nas diversas vertentes do domínio técnico;
- A necessidade de especialização dos técnicos que intervêm nas operações urbanísticas que envolvem o Património, sobretudo dos arquitetos e engenheiros;
- A necessidade de inventariação e documentação do património em risco, quer na vertente construída, quer na vertente industrial;
- As vantagens da coordenação e cooperação entre as ONG dos diversos níveis: do país, da região, da urbe ou aglomerado urbano, do bairro, da freguesia;
- A importância da mobilização da generalidade da população mais diretamente envolvida e dos meios de comunicação social para o sucesso da ação das ONG do património ■

Os impactos da pandemia nos Monumentos Nacionais de Portugal: respostas e medidas futuras

Jorge Santos | Sociólogo, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Observatório Português das Atividades Culturais, Lisboa, Portugal e Direção-Geral do Património Cultural | jaass@iscte-iul.pt

Com a chegada no início do ano da pandemia de COVID-19, e face a uma situação de emergência de saúde pública, é decretado um estado de emergência em Portugal que levou, a 14 de março, ao encerramento ao público dos Monumentos Nacionais [MN]. Após dois meses fechados puderam reabrir a 18 de maio, mediante o cumprimento de um conjunto rigoroso de medidas.

Perante um período de encerramento forçado e uma reabertura ao público progressiva importaria conhecer de que forma os MN se posicionaram nesses dois momentos:

i) No primeiro, durante o período de encerramento, a generalidade dos serviços permaneceu em funcionamento, parte substancial em teletrabalho, várias foram as atividades divulgadas e realizadas privilegiando-se como meio as plataformas digitais. Que atividades promoveram e que medidas tomaram os MN durante esse período?

ii) No segundo, já depois da reabertura ao público, a atividade foi condicionada à implementação de medidas restritivas como a redução do número de visitantes e o distanciamento nas visitas presenciais. Que medidas e que políticas deviam ser adotadas para fazer face a estes novos desafios no curto e médio prazo?

Foi precisamente com o propósito de dar resposta a estas duas perguntas que o OPAC

– Observatório Português das Atividades Culturais incluiu um módulo com duas perguntas abertas no questionário de 2020 do estudo *Da Salvaguarda à Valorização: Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público*. Os resultados que aqui se sintetizam foram já publicados¹.

O período de recolha de informação ocorreu entre 17 de abril e 20 de junho de 2020. O questionário foi aplicado em plataforma online. Quanto à amostra, foram 152 os MN que responderam ao questionário, obtendo-se 138 respostas válidas à primeira pergunta e 116 à segunda. A análise das respostas obtidas é qualitativa e organiza-se de acordo com 14 temáticas.

Tendo em conta a grelha de análise elaborada a partir das respostas, embora com diferentes investimentos consoante a dimensão e os recursos, e em diferentes combinatórias, mais abrangentes ou específicos, apresenta-se de seguida os principais resultados.

Quanto às atividades realizadas e medidas tomadas pelos MN durante o período de encerramento, salienta-se a:

- Aposta forte no uso de múltiplos serviços online, de forma a manter em funcionamento os MN;
- Aposta alargada na utilização das redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *Youtube*) para continuar a comunicar com os públicos;
- Aposta no aumento e diversificação de conteúdos digitais, culturais e não culturais, a serem disponibilizados;
- Aposta em serviços e atividades *offline*, relacionadas com a manutenção dos edifícios, a conservação dos acervos e a realização de inventários de bens;
- Aposta por parte das tutelas na adaptação dos recursos humanos e este novo cenário.



Os resultados do estudo permitem dar conta das respostas que os MN deram perante um cenário de pandemia e as medidas que tomarão após a reabertura. Percebe-se que existem posicionamentos diferenciados em virtude das soluções encontradas ou das medidas adotadas face a situações dispare em função das condições existentes em cada um dos MN.



No entanto, verifica-se igualmente, mas de forma menos alargada, outras duas situações durante aquele período em vários MN:

- A inexistência de serviços online;
- E outros sem serviços *online* autónomos, uma vez que dependem da respetiva tutela, quer em termos organizativos quer de estrutura (sítio na Internet, *Facebook*, etc.).

Em relação às medidas e políticas futuras a adotar por parte dos MN no pós-reabertura, destacam-se:

- Preparação dos serviços para a regresso das atividades presenciais num cenário de medidas mais restritivas;
- Continuidade e reforço dos serviços *online* após a reabertura ao público, incluindo as redes sociais;
- Implementação de medidas de segurança de proteção a funcionários e visitantes, em linha com as orientações das autoridades nacionais de saúde;
- Qualificação dos recursos humanos na área das tecnologias e melhoramento ou apetrechamento de novos equipamentos nos MN;
- Maior atenção aos públicos nacionais, e comunidades circundantes, com a adaptação de atividades a esses públicos;

- Preparação de serviços e atividades para os públicos, sobretudo por parte dos serviços educativos;

- Necessidade de implementar medidas públicas de apoio nos setores do turismo e da cultura para compensar os MN da abrupta quebra de visitantes, sobretudo estrangeiros.

Os resultados do estudo permitem dar conta das respostas que os MN deram perante um cenário de pandemia e as medidas que tomarão após a reabertura. Percebe-se que existem posicionamentos diferenciados em virtude das soluções encontradas ou das medidas adotadas face a situações dispare em função das condições existentes em cada um dos MN.

Quanto às soluções, constata-se a rápida adaptação aos meios digitais, com parte significativa dos MN a já dispor destes meios para manter a ligação com os públicos. A aposta focou-se nos serviços e atividades *online* e na comunicação digital. Ao invés, noutros casos, onde subsistem fragilidades, a resposta dada foi menor, por vezes tardia, e em alguns casos não houve qualquer resposta, em virtude da inexistência de serviços *online* próprios ou da sua tutela, condicionando assim a presença junto dos seus potenciais públicos. As razões centraram-se nas carências tecnológicas, tanto informáticas como da qualificação dos recursos

humanos para funcionar eficazmente com as mesmas.

Relativamente às medidas futuras, os serviços *online* e a comunicação digital devem manter-se, com medidas que permitam o seu reforço e alargamento, mas sempre em articulação com o acesso físico aos MN. A principal preocupação quanto à reabertura é a da necessidade de implementar medidas de segurança para funcionários e visitantes seguindo as orientações das autoridades de saúde. Relacionado com o regresso dos visitantes, e com a redução drástica do seu número, em especial dos turistas estrangeiros, é referida a necessidade da criação de medidas de apoio por parte das entidades estatais do turismo e da cultura. Com a reorientação das atividades para os públicos nacionais é mencionada também a necessidade de adequação de conteúdos e atividades, com ênfase nas comunidades locais ■

NOTA

1. Neves, J. S. (coord.), S. C. Macedo, M. J. Lima, J. Santos & A. P. Miranda (2020), *Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19*, Lisboa, Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-Iscte.

Reflexões da sociedade civil face à pandemia COVID-19 e os seus impactos no património cultural

Sofia Costa Macedo | Investigadora do CIES-ISCTE, Fórum do Património

A pandemia que inesperadamente surgiu e se expandiu por todo o mundo, teve um forte impacto sobre os mais diversos domínios, e o Património Cultural, incluindo a sua vertente construída, não foi exceção.

Ainda estão por estimar as consequências da COVID-19 na salvaguarda do património cultural que se preveem de uma forma alargada: desde as construções vernáculas, aldeias tradicionais, casas antigas, nobres e senhoriais, centros e bairros históricos das vilas e cidades, edifícios históricos, até aos monumentos e sítios e às paisagens culturais.



A Comissão Coordenadora (CC) do Fórum do Património (FP) entendeu, por isso, que se justificava promover, entre as ONG que subscreveram a Declaração Final do Fórum de 2017, uma reflexão sobre os impactos da COVID-19 na salvaguarda do Património Cultural no seu todo e, em particular, na sua vertente construída (PCC). Importava aferir a opinião dos cidadãos sobre os impactos sobre o património, as estratégias a seguir e as medidas a implementar pelas tutelas e que ações podem os cidadãos desempenhar para minimizar os impactos da COVID-19 sobre o PCC.

Essa reflexão foi promovida sob a forma de um inquérito que decorreu entre 13 de abril e 30 de junho de 2020 e que pode ser consultado na íntegra [online](#). Tratou-se de um inquérito com três perguntas de resposta aberta que procurou identificar os principais impactos sobre o PCC na perspetiva dos cidadãos, que medidas devem ser tomadas

pelos organismos da tutela do património e que ações podem e devem os cidadãos fazer para a salvaguarda e valorização do PCC.

Os resultados deste inquérito demonstram que as ONG identificaram os problemas, mas também oportunidades advindas desta pandemia, levando a uma reflexão sobre o património cultural que há muito era necessária e que levou a equacionar o seu papel nas nossas vidas, muito por via da ausência da sua fruição.

No campo das oportunidades, a utilização dos meios e ferramentas digitais foi apontada, assim como a formação e a interrupção de trabalhos de construção civil que beneficiaram, ainda que temporariamente, os bens culturais.

Contudo, permanecem, nas respostas dadas, mais problemas que oportunidades, sendo que estes não surgiram com a pandemia, mas agravaram-se com ela. Um dos

mais identificados foi uma excessiva dependência do património cultural face à indústria do turismo, não só por via do direcionamento para fins turísticos das intervenções no PCC, como também uma lógica de fruição assente em turistas, que, na sua falta, implicam perda de rendimentos, e que vai condicionar intervenções na salvaguarda e valorização dos imóveis.

Se esta questão foi a mais indicada, de acordo com as ONG, a mais gravosa reside na destruição ou abandono dos bens patrimoniais. Estes ocorrem por falta de vigilância ativa e pela inexistência de linhas gerais de atuação em termos de política patrimoniais, quer do Estado Central, mas sobretudo das entidades locais. As ONG, por via dos seus estatutos e missão, mantêm com o poder local relações – boas ou más – e é ainda na esfera do poder local que a intervenção em património se reclama. O desinvestimento no património cultural será assim resultado não

*De que forma crê
que o PCC vai ressentir-se,
em particular, na área de
influência da sua ONG?*



- DIFICULDADES NA RELAÇÃO ENTRE PCC E TURISMO
- PARAGEM DE AÇÕES DE SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO
- MENOR AÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
- PARAGEM DE AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO
- MENOR PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE
- OPORTUNIDADES

*Que medidas devem ser
tomadas pelos órgãos da
tutela (administração
central, regional e local)
para mitigar os efeitos?*



- INCLUSÃO DAS ONG NA GESTÃO E GOVERNANÇA DO PCC
- REVISÃO DA LEGISLAÇÃO
- CAPACITAÇÃO DAS ONG
- MAIOR ACESSIBILIDADE DO PATRIMÓNIO
- APOIO PARA O PERÍODO PÓS COVID-19
- PATRIMÓNIO E TURISMO

*Que ações devem os
cidadãos desenvolver,
através das suas ONG,
com vista à salvaguarda
do Património?*



- EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
- LIGAÇÃO ENTRE CIDADÃOS
- AÇÕES ESPECIFICAS
- EMPODERAMENTO DAS ONG
- SERVIÇOS E RECURSOS PARTILHADOS
- COMUNICAÇÃO

só da inação dos poderes locais, como da inexistência de políticas públicas globais para o património em Portugal, sendo certo que o facto é que se desinveste no património.

As ONG estão também atentas à gestão do património cultural e reclamam para si um papel mais interventivo nas estratégias de salvaguarda e valorização, quer diretamente, quer através da sua participação em estruturas governamentais em vários níveis. É necessário dar a palavra aos cidadãos e promover uma cidadania ativa e vigilante também no património cultural. Para que tal seja possível, as ONG necessitam de uma maior capacitação que vem não só da existência e/ou disponibilização de recursos financeiros, como de serviços e recursos partilhados que tenham em conta a existência de problemas e necessidades comuns e, a partir daí, organizar linhas de intervenção. O papel do Fórum do Património parece ser estruturante nesta perspetiva. Um dos serviços mais

importantes para as ONG é o apoio jurídico que permita uma melhor intervenção nas ações de salvaguarda e proteção concretas.

As ONG apostam também nas boas práticas. Este parece ser um modelo de atuação que recolhe as opiniões favoráveis e permite competências para a educação para o património.

A comunicação é também outros dos eixos que estruturam as opiniões das ONG. Quer com as entidades da tutela do património, em que a presença junto dos órgãos decisivos é apenas um fácieis, quer com a comunicação social. Ou seja, as ONG entendem que há uma comunicação para o exterior que deve ser reforçada, embora não se apontem linhas que orientem essa comunicação. Ausente desta análise estão ações no campo da comunicação digital, sobretudo a utilização das redes sociais como forma de cumprir os objetivos das associações.

A par de medidas e propostas mais clássica, as ONG apresentam propostas mais atuais, embora em menor dimensão: redes de proximidade entre cidadãos, ou redes digitais de partilha de informação, mas que permanecem residuais naquilo que é a esfera tradicional de trabalho das associações: uma maior participação nas estruturas de decisão, ações de sensibilização e divulgação, apoios e benefícios financeiros.

Parece ser evidente, para o geral das ONG que houve, em época de pandemia um crescimento da consciência da relevância dos bens patrimoniais e da importância de uma fruição física destes espaços. Embora tenha sido possível um alargamento da partilha do património, sobretudo por via digital, a apropriação do espaço permanece como essencial em qualquer ação referente ao património cultural. Pedem-se novas abordagens no pós-pandemia. Trabalho esse que cabe a cada cidadão também fazer, através das estruturas associativas ao dispor na sociedade civil ■

O impacto da COVID-19 nos equipamentos culturais sob a tutela da Câmara Municipal de Tomar

Francisco Oliveira | Arqueólogo, Mestrando em Estudos e Gestão da Cultura no ISCTE-IUL

No decorrer do mês de agosto de 2020 redigi um artigo com o intuito de aferir a extensão dos efeitos da pandemia no número de visitantes nos equipamentos culturais tutelados pela Câmara Municipal de Tomar (CMT). Este pequeno artigo servirá para recapitular os principais achados do meu estudo, equiparando-os aos resultados adquiridos por parte de outras entidades (ligadas ao setor cultural). Vale relembrar que as medidas implementadas pelo Conselho de Ministros levariam ao encerramento de todos os espaços museológicos e patrimoniais no dia 14 de março sendo que, no caso nabantino¹, muitos dos equipamentos (à exceção do Núcleo Interpretativo da Sinagoga de Tomar) só viriam a abrir as portas em meados de maio.

Um pouco por todo o mundo, múltiplas entidades ligadas ao setor cultural lançaram inquéritos e estudos que visavam atestar em que sentido é que a pandemia iria afetar os seus serviços e até que extensão esta iria moldá-los. Sem surpresas, foi possível atestar um aumento significativo dos serviços digitais em mais de 60% dos museus inquiridos pela NEMO (Network of European Museum Organisation) no seu inquérito “Survey on the impact of COVID-19 situation on museums in Europe”. Aditando a isto, o mesmo estudo refere que 13,4% dos museus aumentaram o seu orçamento para as atividades online (NEMO, 2020: 5). Em suma, podemos afirmar que os equipamentos culturais (e o setor cultural em si) estão a atravessar um período excecional no qual surgem inúmeros desafios que necessitam de uma resposta concreta não só por parte dos agentes que trabalham diretamente com

eles, mas também dos órgãos administrativos que os tutelam.

Os dados que requisitei junto à entidade autárquica (relativos ao número de visitantes aos equipamentos culturais tutelados pela CMT) permitiram-me vislumbrar uma realidade equiparável à de tantos outros locais por todo o mundo que sofriam com os efeitos provocados pela pandemia. Nesta análise, entre os múltiplos equipamentos como também dentro do arco temporal que este estudo abrangia (2017-2020), foi possível atestar que houve uma quebra no número de visitantes de 74,97% entre os períodos homólogos de janeiro a julho de 2019 e 2020. Em números absolutos falamos de uma redução do número de visitantes de 79 012 em 2019 para 22 263 em 2020. Outro ponto a ter em conta tem a ver com o rácio de visitantes estrangeiros

e nacionais. Enquanto em 2019, por cada turista estrangeiro que visitava estes equipamentos existiam na média 2,49 visitantes nacionais, no ano de 2020 este valor acresce para os 3,72, o que nos leva a concluir ter sido uma consequência direta das restrições de viajar nos múltiplos países associados aos temores por parte das pessoas de contrair a doença.

Estes dados corroboram com os dados avançados pela Direção-Geral do Património Cultural em setembro que apontavam para uma quebra de 70% no número de visitantes nos equipamentos tutelados por eles². O mesmo se espelha nos resultados obtidos pelo Observatori dels Públics del Patrimoni Cultural de Catalunya que atestava a existência de uma quebra entre os 45 a 67% relativamente aos valores registados nos monumentos da Catalunha em 2018.



O investimento nos serviços digitais permite às instituições culturais retomar e reforçar os seus serviços, mantendo-se a par da nova realidade. Assumimos que os órgãos de poder local encaixem os princípios constitucionais que garantem a democratização da cultura pelo que aludo à necessidade de que sejam tomadas medidas concretas no âmbito de garantir a salvaguarda, gestão e divulgação dos acervos culturais sob a tutela destas entidades, permitindo assim remediar as fragilidades que foram expostas no decorrer desta crise.



Já o OPAC (Observatório Português das Atividades Culturais) atestava no seu relatório “Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19” uma adaptação dos serviços destas instituições à nova realidade, apostando nos serviços online, mas também a “Necessidade de medidas de políticas públicas de turismo e da cultura para compensar a quebra de visitantes” (Neves *et al.*, 2020: 12-13).

O que podemos concluir com estes dados? Como referi anteriormente, o setor cultural (e os respetivos profissionais) estão a atravessar um período excecional e de provação no qual terão de adaptar a forma como operam para tentar mitigar as consequências nefastas que a pandemia trouxe. O investimento nos serviços digitais permite às instituições culturais retomar e reforçar os seus serviços, mantendo-se a par da nova realidade. Assumimos que os órgãos de poder local encaixem os princípios constitucionais que garantem a democratização da cultura³ pelo que aludo à necessidade de que sejam tomadas medidas concretas no âmbito de garantir a salvaguarda, gestão e divulgação dos acervos culturais sob a tutela destas entidades, permitindo assim remediar as fragilidades que foram expostas no decorrer desta crise. forma como operam para tentar mitigar as consequências nefastas que a pandemia

trouxe. Temos de tratar muitos destes equipamentos provindos do passado como um recurso escasso (Appadurai: 1981) que, ao ser herdado das gerações anteriores, temos como nosso dever cívico estimar de modo a poder transmiti-lo às gerações vindouras ■

NOTAS

1. Adjetivo, “*Relativo a Nabância, a Nabão ou à cidade de Tomar*”. Informação disponível em: <https://dicionario.priberam.org/nabantino> [Consultado a: 26/11/2020].
2. “Museus vivem ‘retoma gradual’ de visitantes após quebra ‘brutal’”, *O Observador* (online), 23 de setembro de 2020. Disponível em: <https://observador.pt/2020/09/23/museus-vivem-retoma-gradual-de-visitantes-apos-quebra-brutal/> [Consultado a: 05/12/2020].
3. “*incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural*” in *Diário da República* n.º 86/1976. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202009150100/128038/diploma/indice> [Consultado a: 05/12/2020].

BIBLIOGRAFIA

- Appadurai, Arjun (1981). The Past as a Scarce Resource. In *Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, New Series, Vol 16, 2, p. 201-2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2801395?seq=1>.
- NEMO (2020). “Survey on the impact of the COVID-19 situation on museums in Europe – Final Report”, Berlim: NEMO – The Network of European Museum Organisations. Disponível em: https://www.nemo.org/fileadmin/Dateien/public/NEMO_documents/NEMO_COVID19_Report12.05.2020.pdf [consultado em Dezembro de 2020].
- Neves, José Soares (coord.), Sofia Macedo, Maria João Lima, Jorge Santos e Ana Paula Miranda (2020a). “Os Monumentos Nacionais de Portugal e a Abertura ao Público: impactos decorrentes da COVID-19”, Relatório Observatório Português das Atividades Culturais, CIES-ISCTE: Lisboa.
- Oliveira, Francisco (2020). “Os Equipamentos Culturais sob a tutela da Câmara Municipal de Tomar. Impacto da COVID-19 no n.º de visitantes. Estudo de Caso”, Agosto 2020.
- OPCC (2020). “Impacte de la COVID-19 en la freqüentació dels equipaments patrimonials de Catalunya el 2020”, Girona, Observatori dels Públics del Patrimoni Cultural de Catalunya. Disponível em: <http://observatoripublics.icrpp.cat/files/200407-impacte-covid-19-en-la-frequentacio-equipaments-patrimonials-2020-v2.1.pdf> [consultado em Agosto de 2020].



Revivificar o Palácio de São Marcos de Coimbra

Dinamizar o património, dar sentido ao passado alargando o horizonte de futuro

Vitor Murtinho | Arquiteto e professor, Darq_FCT / CES, Universidade de Coimbra | vmurtinho@uc.pt

Fernando Marques | Engenheiro civil, Universidade de Coimbra | fmarq@uc.pt

César Cerqueira | Arquiteto, Universidade de Coimbra | ccerqueira@uc.pt

Sónia Filipe | Arqueóloga, Universidade de Coimbra | sonia.filipe@uc.pt

1 | Vista geral da Igreja, Casa da Botica (esquerda) e Palácio de São Marcos (direita) antes da intervenção.

Uma das premissas que melhor sustenta a preservação em Património é a sua fruição. Daí que, por vezes, apenas mantê-lo e preservá-lo não seja suficiente. No caso do Palácio de São Marcos de Coimbra foi determinante a ação de limpeza, de conservação e de melhoria de condições espaciais, sabendo que se estavam a gerar novas oportunidades para uma utilização mais intensiva e digna. Assim, a recente intervenção da Universidade de Coimbra é somente um dos múltiplos exemplos do trabalho desenvolvido neste âmbito pela instituição, mas que permite a formação de uma onda de otimismo quanto ao futuro do nosso património em geral e daquele em particular. Especificamente, todos os trabalhos, superficiais ou mais profundos, desenvolvidos em torno da Igreja de São Marcos (gerando melhores condições para o cumprimento de funções sociais ou litúrgicas) são tratados como uma intervenção exemplar que, sobretudo, pretende garantir um futuro para este Património.

INTRODUÇÃO

A intervenção em património cultural classificado é, por natureza, uma questão candente que requer muita sensibilidade e suscita muita ponderação. Desde logo, um dos problemas fundamentais é a definição da equipa projetista, uma vez que, se de um modo geral, os problemas e as necessidades estão devidamente elencados, nem sempre a sua resolução é tarefa imediata ou mesmo exequível. No conjunto edificado do designado Palácio de São Marcos e baseado num mapeamento prévio elaborado pela Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC), as prioridades incidiam sobre a igreja do complexo, já que sendo esta classificada como monumento nacional e dadas as patologias

existentes, o seu estado de preservação levantava algumas preocupações. A igreja de São Marcos, cuja história apoteótica se iniciou durante o século XV, possuindo um dos mais importantes conjuntos de arte funerária, é um edifício – tal como muitos outros – que sofreu e pagou duramente os custos da supressão das ordens religiosas em Portugal no século XIX (figura 1). Esse acontecimento ditou muita da sua sorte ou infortúnio e, não fora o interesse manifestado pela Fundação dos Duques de Bragança, em fazerem deste espaço a residência do pretendente ao trono D. Duarte Pio, os estragos neste importante complexo monumental, com um legado artístico ímpar, talvez tivessem sido muito piores pois era pertença de particulares.

HISTÓRIA

Deve-se a João Gomes da Silva, senhor de Vagos e alferes-mor de D. João I, a decisão testamentária de uma fundação pia na ermida de São Marcos (localizada na freguesia de São Silvestre do Campo no concelho de Coimbra), ocorrida em 5 de janeiro de 1441, originando uma década depois a ocupação local por frades Jerónimos (a doação foi confirmada por alvará de D. Afonso V em 3 de agosto de 1451). Esta função, ininterrupta, teria continuidade até ao particular momento da extinção das ordens religiosas em 1834, acontecimento que, tal como aconteceu em inúmeros outros sítios, ditaria a sorte de abandono e de degradação do mosteiro (Borges, 1987, p. 136-137).

Após venda do conjunto a privados – sabe-se que em 1834 a igreja e a cerca já eram pertença de José Joaquim Pires de Abreu (Barata, 1878, p. 102) –, ocorreu em 1860, um grande incêndio que destruiria a área principal do complexo monástico, restando apenas a casa da Botica e, felizmente, a igreja com algumas construções anexas. A reabilitação do conjunto, ocorreria em meados do século XX, após aquisição da Fundação da Casa de Bragança e sob o traço do arquiteto Leonardo de Castro Freire. Esta compra e posterior obra de reabilitação teve como intuito a utilização do espaço como residência oficial dos Duques de Bragança, o que veio a acontecer entre 1954 e 1976. A esta ocupação, sucedeu-se a aquisição pelo Estado Português, que a outorgou à Universidade de Coimbra, a partir de 1976, com o objetivo de utilização para a atividades sociais, culturais e científicas e que se perpetuou até à atualidade.

Do conjunto edificado, destaca-se a igreja orientada segundo os canónicos pontos cardiais de nascente-poente, possuindo uma fachada em estilo rococó, com diversos ele-

mentos pitorescos, com uma galilé definida por três arcos centrais em volta inteira. Na frontaria sobressai uma torre sineira situada na parte norte e que constituiu um elemento de assimetria na geometria compositiva daquele plano. No interior da igreja existe um dos maiores e mais importantes conjuntos portugueses de arte tumular, dos séculos XV e XVI, associados principalmente à família Silva e que foi a justificação principal para a sua classificação como Monumento Nacional em 1910.² Assim, encontramos naquele local desde monumentos funerários da autoria de Diogo Pires-o-Velho (cerca de 1481), passando por Diogo de Castilho ou Diogo Pires-o-Moço e estendendo-se até Nicolau Chanterene ou João de Ruão (em 1559). Com uma variedade de estilos associadas ao momento em que as diferentes obras foram desenvolvidas, designadamente gótico, renascentista e maneirista, esta igreja conseguiu reunir no seu interior os melhores artistas das diferentes épocas. A sul da igreja e comunicando com ela, encontra-se um claustro de forma quadrangular, com dois pisos e dividido em três tramos, com dois arcos cada, e que foi reconstruído por Leonardo Castro Freire.

A capela-mor (construída em 1522-1523), em estilo manuelino e projetada por Diogo de Castilho tem frontalmente um peculiar retábulo tripartido e policromado, da autoria de Nicolau Chanterene (figura 2), do lado esquerdo os túmulos de Aires Gomes da Silva e João da Silva elaborados por Diogo Pires-o-Moço e o túmulo de João da Silva sob desenho de João de Ruão, na sua parte direita. Pelo seu contexto e posicionamento, o retábulo de Chanterene é aquele que maior destaque tem na igreja e que objetivamente pretendeu associar aspetos da vida de São Jerónimo com figurações reais de Aires Gomes da Silva e de sua esposa D. Guiomar de Castro (Henriques, 2006, p. 89-117). A capela dos Reis Magos, construída em pedra de Ançã por volta de 1574, localiza-se na parte norte da igreja, ao lado do cruzeiro, é caracterizada em boa parte pela sua cúpula hemisférica de quartelas com cornija circular e zimbório central que assegura a excelência da iluminação daquele espaço, de configuração quadrada.

² | Vista frontal do retábulo da capela-mor e dos monumentos funerários existentes nas laterais.



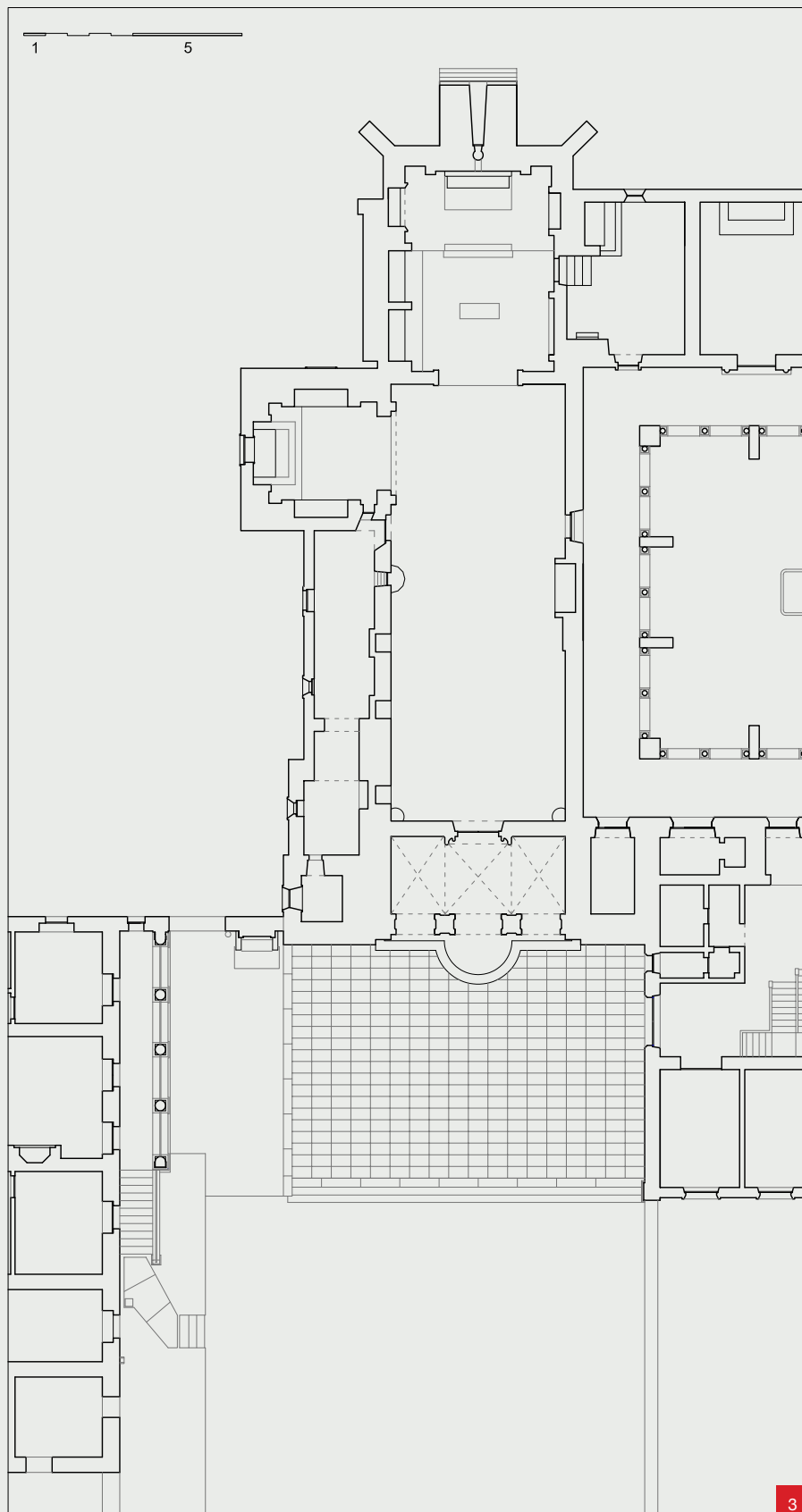
Pelo descrito, dada a riqueza arquitetónica e escultórica daquele lugar, justifica-se o investimento projetado no sentido de dotar o espaço de melhores condições, quer o intuito seja a mera visita, a procura do espaço para meditação ou oração, ou, bem assim, a procura para realização de momentos festivos. Tratando-se de um polo com imensa atratividade, com singular qualidade arquitetónica e beleza ímpares, interessa tirar partido da sua história e, simultaneamente, oferecer narrativas e espacialidades que permitam tornar momentos singulares em acontecimentos épicos e inesquecíveis.

A INTERVENÇÃO

Esta obra, concluída no início de 2019, visou a recuperação da Igreja do antigo Mosteiro de São Marcos, o claustro, o terreiro defronte da fachada do templo, a fachada da casa da Botica e a resolução pontual de caixilharias e de coberturas no edifício do atual palácio. Para a definição do projeto e clarificação do âmbito da qualificação dos espaços tendo em consideração a priorização da Igreja, foi estabelecida uma equipa eclética constituída por Fernando Marques (engenheiro civil e especialista em conservação e restauro arquitetónico pelo ICCROM), César Cerqueira (arquiteto), Sónia Filipe (arqueóloga), coordenada por Vítor Murinho (arquiteto e vice-reitor à data).

Assumida a necessidade de reabilitação do conjunto arquitetónico do Palácio de São Marcos, os limites e o âmbito da intervenção foram definidos a partir de um levantamento de necessidades elaborado pela DRCC, que deu origem a um valor elegível de € 400 000,00, sendo 85% comparticipado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional do Centro (CENTRO 2020), numa lógica de conservação, promoção e desenvolvimento do património cultural. Os princípios orientadores, criteriosamente implementados em obra, foram sempre no sentido de uma intervenção mínima, independentemente da natureza dos materiais de suporte, tentando ao máximo preservar os elementos preexistentes, garantindo-se uma autenticidade dos materiais constituintes, da volumetria e da imagem (figura 3). Todos os materiais utilizados e as metodologias construtivas implementadas tiveram sempre presente a garantia da sua compatibilidade com as estruturas preexistentes. Qualquer substituição consti-

3 | Planta do conjunto edificado: Igreja (centro), Casa da Botica (esquerda) e Palácio (direita).





4



5

tuí sempre um último recurso na medida em que, como metodologia sistemática e primordial, foi assegurada a preservação dos materiais e estruturas locais, pelo que qualquer substituição ou reparação teve como princípio orientador a necessária capacidade de reversibilidade. Globalmente, tirando a resolução de patologias localizadas, os trabalhos nos diversos planos de parede foram essencialmente de recuperação de rebocos e dos estanhados de cal, com sistemática caiação das superfícies tanto nas paredes como nas abóbadas da igreja e no claustro. Destaca-se a intervenção específica no portal principal da igreja, em pedra de Ançã, o qual foi objeto de consolidação superficial e em profundidade. Também na torre sineira se tornou necessária uma intervenção adequada em face das inúmeras fraturas provocadas pelos espigões metálicos de ligação vertical dos blocos calcários. A oxidação e o consequente aumento de volume dos elementos metálicos provocaram fraturas e iminentes destacamentos de porções significativas de material pétreo (figuras 4 e 5). Ainda na igreja foi metodologicamente feita a limpeza e consolidação dos diferentes panos azulejares existentes no seu interior.

No caso dos arranjos exteriores, tendo como propósito a melhoria das condições de fruição dos espaços, bem como a valorização do património arquitetónico, optou-

-se pela requalificação do extenso pátio defronte da igreja, muito marcado pelos muros altos que o definem e pela imponente alameda de plátanos que o caracteriza. A metodologia aplicada passou pela regularização do pavimento através de recarga de saibro e resolução pontual de drenagens. Complementarmente existia o apontamento de um adro, incompleto, adjacente à entrada principal da igreja. Neste espaço, interessou o investimento na teatralização do terreiro com valorização das entradas através da inserção de um lajeado quadrado de dimensões generosas em pedra, com orientação que permitisse a absorção dos diferentes alinhamentos existentes e que não respeitavam nem princípios de paralelismo nem de ortogonalidade. Este aspeto visou colmatar problemas de acessibilidade, de circulação pedonal e automóvel ao conjunto edificado, favorecendo uma melhoria substancial dos revestimentos a que acresceu uma maior qualidade do espaço exterior. O terreiro defronte da igreja, ainda em saibro, apresentava uma enorme irregularidade (figuras 6 e 7). A circunstância de nunca ter sido pavimentado, devia-se certamente, ao uso dado a essa zona, utilizada como necrópole. Talvez devido às características do solo, os enterramentos foram feitos a pouca profundidade. Esta situação, que se desconhecia *a priori*, ainda que potencial-

4 | Pormenor de janela com cantaria fraturada.

5 | Pormenor da cantaria do portal da igreja com fissuração, fraturas e destaque de elementos.

6 | Vista do adro da igreja em saibro.

7 | Vista do adro da igreja em lajeado de pedra calcária.



6



7



mente previsível, obrigou a algumas reformulações na solução construtiva do adro, de modo a preservar os materiais osteológicos humanos *in situ*, mantendo o princípio subjacente de qualificação das condições de acesso ao templo, salvaguardado por um princípio de reversibilidade.

Na fase de projeto, um dos maiores problemas detetados era, sem dúvida, o conjunto de questões relacionadas com as impermeabilizações, sendo de destacar a enorme degradação da estrutura de cobertura da abóbada da igreja, com telhas e madeiramentos em muito mau estado com risco de colapso (figura 8). Quando justificado, optou-se pela substituição da telha e das estruturas de madeira, respeitando princípios construtivos e soluções formais idênticas às preexistentes, de modo preventivo assegurou-se o respeito pelo imóvel e o seu desempenho funcional futuro. Na cobertura da capela dos Reis Magos, dado o risco eminente de infiltrações, introduziu-se uma impermeabilização dos planos inclinados, a que foi acrescido novo revestimento de telha de escama vidrada, assente segundo uma técnica de sobreposição, com coloração e formas idênticas ao preexistente (figura 9).

Durante a fase de diagnóstico havia sido detetada uma fresta longitudinal na abóbada da nave principal da igreja pelo que esta-

va previsto proceder ao seu refechamento. Todavia durante o processo de reabilitação da cobertura e complementarmente de instalação de andaimes interiores verificou-se que para além da fissura ser maior do que o que o previsível, a abóbada apresentava uma enorme deformação, correndo mesmo o risco de colapso (figuras 10 e 11). Essa circunstância conduziu a alguma ponderação e sobretudo à audição de alguns especialistas de modo a encontrar a solução que garantisse qualidade futura e que garantisse maior verdade construtiva. Após discussão e análise de cenários possíveis, a solução implementada foi a desmontagem da parte da abóbada danificada e a sua reconstrução utilizando tecnologia e materiais idênticos aos preexistentes. A análise do extra dorso da abóbada permitiu verificar uma anterior intervenção da DGEMN com a implementação de um lintel ao longo da zona de remate desta com as paredes de alvenaria que definem o polígono principal. Complementarmente, a mesma requalificação havia introduzido uma casca em betão que, respeitando a deformação, era o que garantia, ainda, a estabilidade daquele meio cilindro deformado. Esse peso adicional e a inexistência de qualquer estrutura em aço, tornava muito periclitante a manutenção do conjunto, pelo que se tornava importante repor a forma geométrica da cúpula e normalizar as suas características mecânicas (figura 12).

8 | Vista do estado da estrutura da cobertura da igreja.

9 | Vista da cobertura da Igreja e da Capela dos Reis Magos.

10 | Vista da deformação da abóbada.

11 | Vista da fissuração da abóbada.

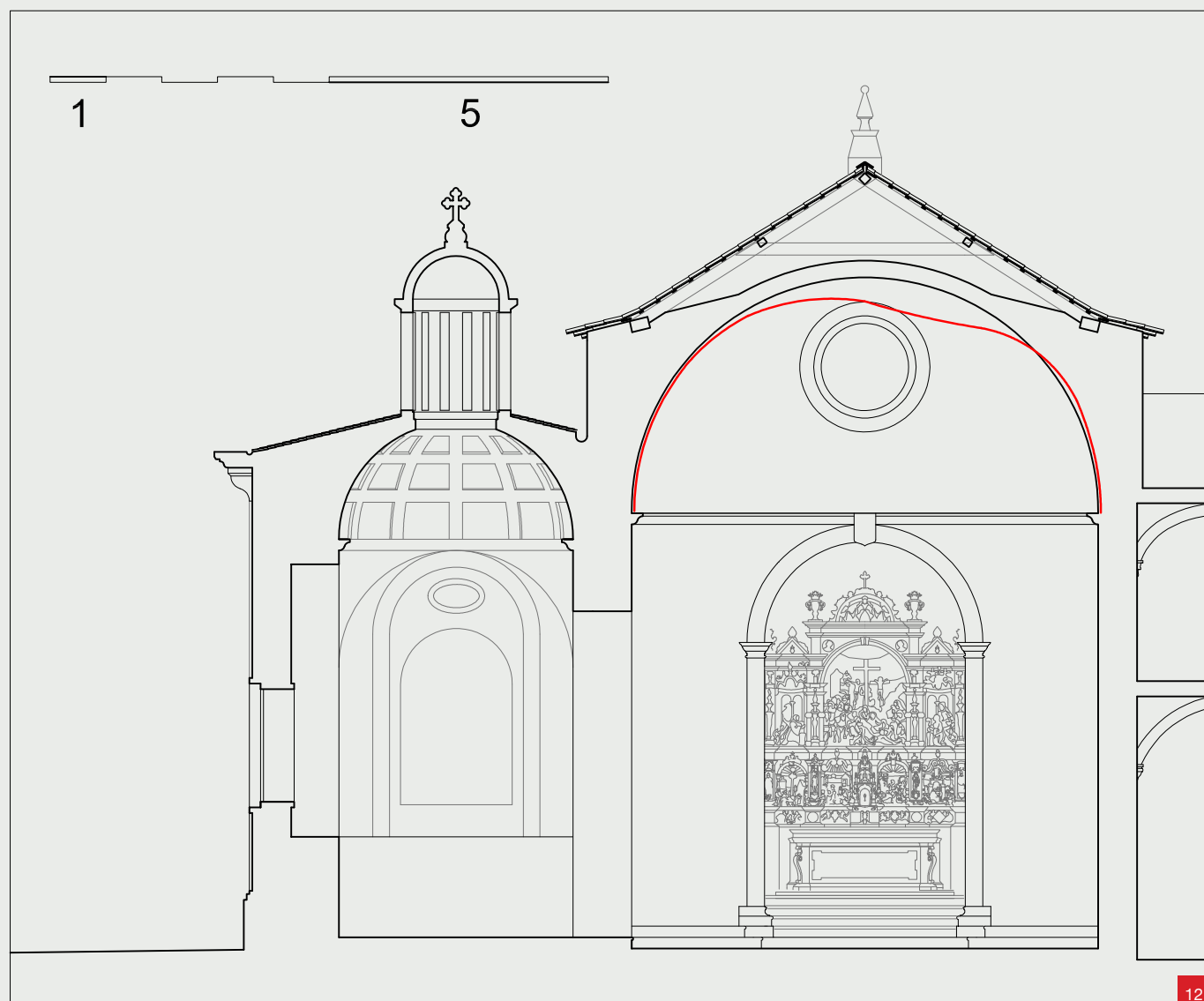
12 | Corte pela nave da igreja com deformação da abóbada e posterior correção da sua geometria.

O conjunto do Retábulo da Lamentação, que remata o altar-mor da igreja hieronimita de São Marcos apresenta uma linguagem marcadamente classizante, com figurações muito verosímeis, possuindo uma espacialidade muito proeminente. Este último efeito é enfatizado através da introdução de vazios que, de modo enfático, acentuam a existência de espaços que ajudam a dar profundidade a toda a encenação. Todavia, no contexto das condições em que se encontrava o retábulo com acumulação excessiva de resíduos de sujidade e poeira, apresentava uma imagem descuidada, fruto de ausência recente de conservação, a que acrescia a circunstância de até muito recentemente existirem vários vidros quebrados ou inexistentes, facilitando a entrada sistemática de pombos e o consequente acumular generalizado de excrementos. Durante o processo de limpeza do conjunto e após informação

de Francisco Henriques durante uma visita de especialistas, foi possível constatar a existência de um elaborado circuito definindo vazios e confirmando a existência de um aparato lumínico (figura 13). Na realidade, na fachada posterior do templo, virada a nascente, destacava-se ao centro uma estrutura saliente, aparentando um contraforte, com perfuração central, que estando emparelhada, constituía um obstáculo à iluminação natural do Retábulo da Lamentação. Durante os trabalhos de reabertura do vão nascente existente na estrutura da parede testeira que incluíram a implementação de um caixilho, descobriram-se partes de vidro à cor rubi e azul celeste, bem como perfil recortado em chumbo que possibilitará num futuro próximo reconstituir parte do artifício cénico preexistente, que o frade Adriano Casimiro Oliveira havia descrito, no anos trinta do século XIX, como algo que “fazia brilhar toda

a igreja de tal maneira que parecia que então a ela concorriaõ terem sido transportados às moradas celestiais.” (Carvalho, 1922, p. 32). Confirmou-se ainda que o artifício gnomónico já se encontrava obstruído aquando da passagem do edifício para a Universidade (Gonçalves, 1980, p. 32).

Tanto na igreja como no claustro adjacente (figura 14) foi importante proceder à limpeza da inúmera vegetação infestante e proceder ao controlo da colonização biológica que se desenvolvia sobretudo ao nível das superfícies pétreas e de reboco, principalmente motivada pela ausência sistemática de manutenção e pela excessiva acumulação de humidade em vários pontos nevralgicos (acumulação originada pela falência de zonas de telhado com maior desgaste da camada de proteção, pela falência de juntas ou pelo aparecimento generalizado





13



14

de fissuras). Do conjunto da obra ressaltam as ações de conservação e restauro tendo como objetivo a salvaguarda do imóvel e dos espaços servientes, resultando uma valorização e espaço com melhoria substancial das condições de fruição, aumentando a validade do conjunto (figura 15), fazendo jus à sua condição patrimonial e de Monumento Nacional. Esta intervenção, independentemente de alguns aspetos ter tido necessidade de intervir em profundidade, teve como metodologia geral a manutenção da identidade e personalidade dos espaços. Nunca se cedeu à tentação de apagar, mascarar o passado, mesmo negligenciá-lo, pois o que sempre esteve como motor deste trabalho foi a valorização do conjunto monumental. Assim, manter a pátina que só o tempo confere, deixar o lastro do gasto pelo uso, foi um desígnio constante (figura 16), possibilitando dar sentido ao património edificado, que tanto ontem como hoje mantém um elevado valor intrínseco que se enaltece quando se potencia o usufruto pleno. Espera-se, com esta intervenção, ter contribuído para a revivificação da Igreja e Palácio de São Marcos de Coimbra ■

NOTAS

1. Foi um arquiteto com alguma relevância nacional, sendo de destacar a coordenação do projeto do Hotel Ritz após a impossibilidade de Pardal Monteiro, em 1956, decorrente de acidentes vasculares cerebrais. Castro Freire obteve o Prémio Valmor em 1970 com o edifício misto de habitação e comércio localizado na Avenida dos E.U.A..
2. Em 22 de março de 1938 através do Decreto n.º 28 536, seria classificada a Capela dos Reis Magos, o retábulo do altar-mor, a sacristia, o claustro, a casa do capítulo e as adegas do Convento.

BIBLIOGRAFIA

- Barata, A. F. (1878). *Miscellanea Historico-romantica*. Barcelos, Typographia da Aurora do Cavado.
- Borges, N. C. (1987). *Coimbra e Região*. Lisboa, Editorial Presença.
- Carvalho, J. M. T. (1922). *O Mosteiro de S. Marcos*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Gonçalves, A. N. (1980). *O Paço e a Igreja de S. Marcos*. Coimbra, EPARTUR.
- Henriques, F. (2006). *O Retábulo da Pena de Nicolau Chanterene*, dissertação de mestrado em Teorias da Arte. Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa.

13 | Vista do vão reaberto que possibilitará a recriação da iluminação cênica original.

14 | Vista do claustro (antes da intervenção).

15 | Vista geral do conjunto edificado (após intervenção).

16 | Vista interior da Capela dos Reis Magos (após intervenção).



15



16

Cerimónia de entrega a Vítor Cóias da Medalha Driehaus 2020

Teve lugar na tarde de 19 de novembro, na Academia Real de Belas Artes de San Fernando, em Madrid, a cerimónia de entrega a Vítor Cóias da Medalha Richard H. Driehaus para a Preservação do Património 2020, no âmbito da atribuição do Prémio Rafael Manzano da Nova Arquitetura Tradicional 2020. O ato foi presidido por D. Ana Pastor, Vice-presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, S.A.R. D. Pedro Borbón Dos Sicílias, Duque da Calábria e D. Fernando de Terán, Diretor da Real Academia de Belas Artes de San Fernando. Além de Vítor Cóias, entrevistaram de forma virtual Richard H. Driehaus, filantropo americano que apoia esta iniciativa, e Robert Adam, presidente da INTBAU UK e do Júri destes Prémios. A *laudatio* do Eng.º Vítor Cóias esteve a cargo do Prof. Eng.º Vasco Peixoto de Freitas, que interveio também de forma virtual.

A Medalha Driehaus para a Preservação do Património distingue personalidades ou instituições que tenham realizado contribuições significativas para a preservação do património dando continuidade às tradições arquitectónicas de Espanha e Portugal.



A segunda Medalha para a Preservação do Património foi atribuída a Vítor Cóias e Silva por se ter destacado na investigação, desenvolvimento, utilização e divulgação de soluções técnicas destinadas a respeitar a integridade estrutural e de construção dos monumentos a serem reabilitados ou restaurados. É também de salientar o seu continuado trabalho para promover uma melhor

preservação do património arquitectónico e das tradições de construção através de múltiplas ações.

[Este vídeo](#) destaca a entrega da Medalha Driehaus a Vítor Cóias. A cerimónia completa, com a entrega do Prémio Rafael Manzano 2020 ao Arquitecto Fernando Martín Sanjuán pode ser vista [aqui](#).

Carta de Vasco Peixoto de Freitas aos associados GECORPA

Caros Associados e Membros do GECORPA, Caros Amigos,

Ao terminar as minhas funções como Presidente da Direção do GECORPA não posso deixar de expressar o meu maior agradecimento a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a ação do GECORPA, no triénio 2018- 2020, e de dizer que me sinto honrado pela confiança depositada. Foi um período enriquecedor com contactos múltiplos associados a visões necessariamente diferentes, mas complementares.

Estou certo de que muito mais poderia ter sido feito, pois a preservação do património constitui um desafio que não tem limite temporal, o que exige uma visão estratégia e persistência de objetivos.

Agradeço aos Colegas da Direção (Eng.º Filipe Ferreira e Arq.º José Borges) companheiros desta viagem, pela cortesia e disponibilidade, bem como ao Eng.º Vítor Cóias pela paixão que sempre demonstra e põe neste projeto, que durante muito tempo tão bem liderou. Uma palavra também de agradecimento para a D. Rosa Fernando e Dr.ª Joana Morão pela forma discreta, mas eficiente, como contribuíram para a organização e difusão de informação.

Aos Associados e Membros, que são a razão fundamental da existência do Grémio, expressei o desejo que a qualidade das suas realizações e intervenções tenham tido algum eco nos eventos e ações desenvolvidas pelo GECORPA neste triénio.

Na próxima Assembleia Geral (28 de janeiro às 18 horas), que se espera muito participada, iremos eleger os novos Corpos Sociais e em particular uma nova direção, que seguramente trará novas ideias e novas dinâmicas que conduzirão a mais e melhor resultados se todos contribuirmos para os objetivos que vierem a ser traçados.

A preservação do património é uma responsabilidade de todos em que temos, pelo nosso papel como atores, uma responsabilidade acrescida que não podemos rejeitar.

Com os meus melhores cumprimentos.

Vasco Peixoto de Freitas
Presidente cessante da Direção do GECORPA

Sintra institui Dia Municipal do Património

No ano em que se comemoram os 25 anos da elevação de Sintra a Património Mundial instituiu-se, por decisão do executivo camarário, o Dia Municipal do Património, a ser assinalado a 6 de dezembro.

De 2020 em diante, o Dia Municipal do Património será assinalado a 6 de dezembro através da realização de eventos de carácter histórico-patrimonial, artístico, paisagístico, natural e cultural.

O presidente da Câmara Municipal de Sintra, Basílio Horta, sublinha que “O Dia Municipal do Património é dedicado, não só à Paisagem Cultural, mas também a todos os outros patrimónios que constituem, sem quaisquer dúvidas, o concelho de Sintra.”

Num ano marcado pela Covid-19, a Câmara Municipal de Sintra não quis deixar de assinalar o marco do 25.º aniversário da classificação de Património Mundial e trouxe a palco a Orquestra Municipal de Sintra e inaugurou a exposição “Sintra Antiga”, que pode ser vista nas ruas da Vila Histórica.

O cenário ímpar de Sintra, tem vindo a representar, ao longo do tempo, um compêndio de experiências que se traduziram na singularidade da paisagem e do património edificado.

É este património, que em 1995 a UNESCO fez integrar na lista do Património Mundial, na categoria de Paisagem Cultural.

Fonte: [Câmara Municipal de Sintra](#).

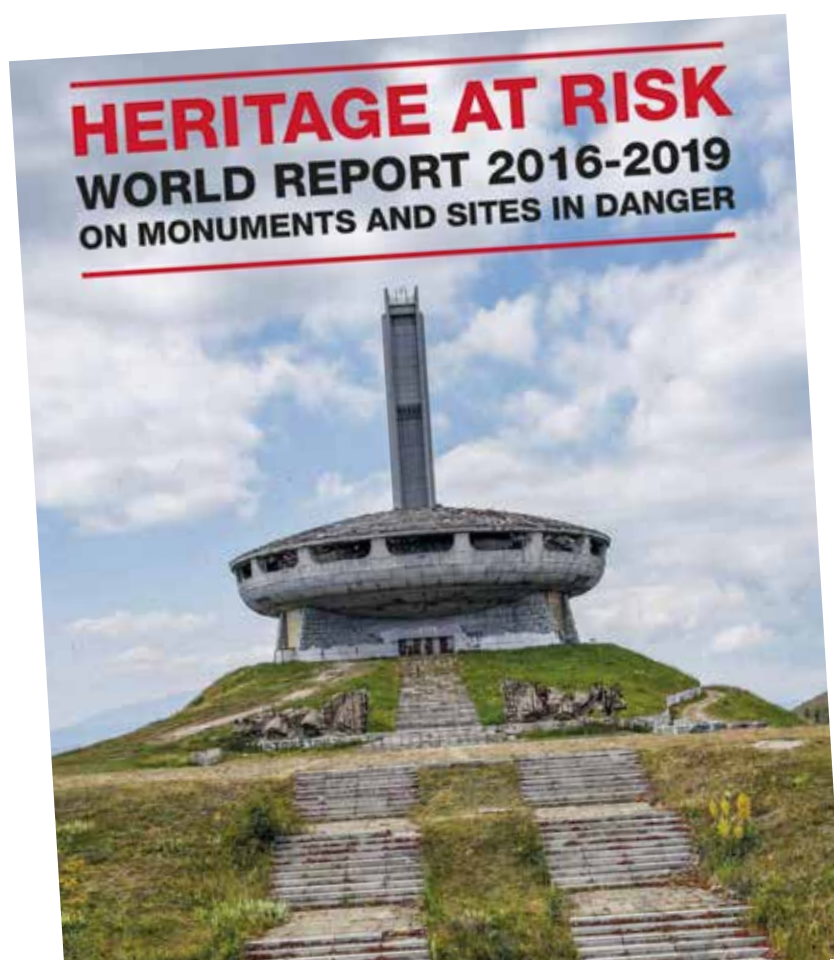
Património em risco

Foi recentemente publicado o relatório “*HERITAGE AT RISK. World Report 2016-2019 on Monuments and Sites in Danger*” (PATRIMÓNIO EM RISCO. Relatório Mundial 2016-2019 sobre Monumentos e Sítios em Perigo).

Mais um trabalho, inserido na série de publicações do ICOMOS, iniciada em 2000, que pretende destacar o Património Cultural em risco no mundo e chamar a atenção sobre diferentes tipos de causas, naturais e humanas.

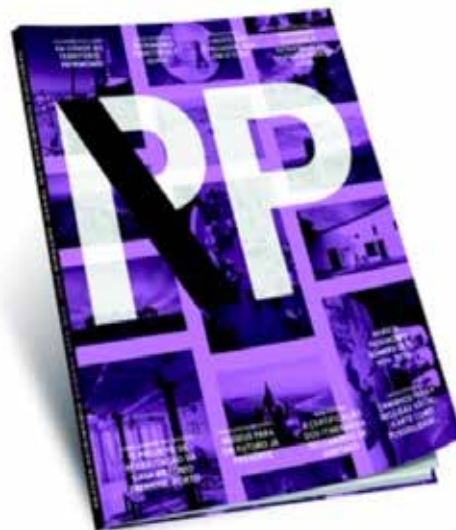
Este volume de 2016 a 2019 cobre diversos casos em 23 países. O [ICOMOS-Portugal](#) apresenta três Bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO: o Mosteiro de Alcobaça, a Paisagem Cultural de Sintra e o Centro Histórico do Porto.

O relatório pode ser consultado [aqui](#). Se quiser ler em primeiro lugar a secção sobre Portugal, salte até à página 107.



Revista Património n.º 7

Este número dedica o caderno principal ao tema Património, Cidade e Território, abordado através de 10 visões complementares, apresentando, como habitualmente, as rubricas Pensamento, Projeto, Opinião, Sociedade e Acontece, num total de 24 artigos, em 211 páginas e com 249 imagens.



RP é uma publicação periódica de difusão alargada, agregando conteúdos diversificados, em artigos de pequena dimensão, procurando espelhar a diversidade de domínios e escalas do património cultural, e fomentar o debate de ideias.

No início de 2020, o acontecimento disruptivo da pandemia do Covid 19 veio evidenciar o momento de viragem que vivemos, em que o Homem deixa de ser o sujeito absoluto da História, abrindo lugar à consciência de uma maior incerteza e de um maior desconhecimento do futuro. Entre a natureza e as novas técnicas e tecnologias, entre as alte-

rações climáticas, as migrações e as novas formas de perceção e de transmissão das experiências individuais e coletivas, quanto mais avançamos no conhecimento e na reflexão sobre a atual trajetória das sociedades, menos dúvidas temos quanto ao significado crucial do património, das cidades e do território, como suportes das nossas particularidades culturais e das nossas identidades.

A função do património na cidade e a sua importância como elemento agregador identitário e caracterizador, e como recurso na economia urbana – ao mesmo tempo objeto de visões díspares e antagónicas sobre a

sua capacidade de transformação, adaptação e resiliência – são temas recorrentes. O potencial do património nos processos de desenvolvimento de zonas deprimidas do território, o seu contributo para a resolução de problemas socioeconómicos e para a qualificação do ambiente construído, e ainda o seu lugar nos dispositivos de planeamento e gestão territoriais e urbanos, são questões incontornáveis no seu debate.

À venda [na loja online da DGPC](#).

Fonte: [Direcção-Geral do Património Cultural](#)

Chernobyl prepara candidatura à UNESCO



zona de exclusão de Chernobyl, criada após o desastre nuclear de 1986, que inclui a “turística” cidade fantasma de Prypiat, quer passar a ser Património da UNESCO.

Ser escolhido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura para fazer parte da herança material da Humanidade poderia ajudar a que este

lugar se transformasse numa lembrança que ajude a evitar que se repitam desastres nucleares, dizem as autoridades locais, que pretendem, assim, proteger as ruínas e, simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento turístico da região.

Fonte: [Euronews](#)



“Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social”: apresentação de resultados

A Spira, a Nova SBE e o Observatório do Património, com o mecenato da Fundação Millennium BCP, apresentaram os resultados do Estudo “Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social”.

Apresentação do Estudo “Valor do Património Cultural em Portugal”

Trata-se de um trabalho de grande fôlego dedicado especificamente ao património cultural, combinando abordagem qualitativa e quantitativa, a nível nacional e com atenção às especificidades das regiões, com o intuito de, pela primeira vez, avaliar o potencial económico e social do património cultural como recurso endógeno e o seu possível contributo para o desenvolvimento harmonioso do país.

A apresentação teve lugar no dia 9 de Dezembro, com a presença de António Monteiro, Presidente da Fundação Millennium BCP e

dos autores do Estudo – Catarina Valença Gonçalves, (Spira), José Maria Lobo de Carvalho (Observatório do Património) e José Tavares (Nova SBE).

Estão disponíveis em www.valordopatrimonio.pt a [versão completa](#) (260 páginas) e o [sumário executivo](#) (28 páginas) deste que é o primeiro grande estudo sobre o valor social e económico do património cultural português.

Fonte: patrimonio.pt



Movimento pede investigação a fogo “criminoso” na antiga estação da Boavista no Porto



O incêndio deflagrou no dia 11 de dezembro de 2020 por volta da 03h30 no edifício devoluto da antiga estação ferroviária da Boavista, onde o El Corte Inglés tem intenção de construir, tendo, segundo os Sapadores do Porto, consumido parte do interior e da cobertura do edifício.

O Movimento por um jardim na Boavista instou as autoridades a investigar as causas e os responsáveis pelo incêndio “criminoso” que deflagrou na antiga estação ferroviária, no Porto. O grupo de cidadãos espera que as autoridades competentes apurem “as causas e responsáveis pelo incêndio contra a primeira estação ferroviária do Porto, inaugurada em 1875”, e instam a IP - Infraestruturas de Portugal, proprietária dos terrenos, a pronunciar-se.

Em declarações à Lusa, o comandante dos Sapadores do Porto, Carlos Marques, indicou que, apesar de o combate às chamas ter sido “relativamente fácil”, foi necessário o recurso a meios elevatórios, nomeadamente à auto-escada, mas a integridade do edifício não foi, contudo, comprometida.

No local estiveram ainda presentes o piquete da Protecção Civil e a PSP, a quem cabe inicialmente investigar as causas do incêndio, tendo sido accionada a Divisão Investigação Criminal (DIC) para recolher elementos.

Fonte: Público

Conservação e restauro dos azulejos da igreja matriz de Alvito

O Atelier Samthiago, empresa associada do GECOIPA, iniciou recentemente a intervenção de “conservação e restauro dos azulejos da Igreja Matriz de Alvito”, adjudicada pelo Município de Alvito, e com o acompanhamento técnico da Direção Regional de Cultura do Alentejo.

A intervenção, tal como descrita pelo Município, pretende “suster ou minimizar a deterioração do património azulejar bem como colocar painéis e sinalética informativa sobre a história dos azulejos, assegurando uma intervenção de qualidade técnica e estética e potenciar o desenvolvimento económico da região através da promoção do turismo cultural, da afirmação da identidade

e dos valores locais”. O projeto recebeu mesmo por unanimidade, em Assembleia Municipal, a “Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal”.

A Igreja Matriz de Alvito, classificada como Monumento Nacional, foi edificada em finais do séc. XIII tendo passado por diversas obras de ampliação nos séculos seguintes. O corpo da igreja possui três naves com abóbadas que apresentam elementos góticos e renascentistas, sendo grande parte do seu interior revestido por azulejos do século XVII. A intervenção deverá estar concluída em meados de 2021.

Fonte: [Atelier Samthiago](#)



Europa Nostra publica artigo sobre os desafios e oportunidades apresentados pela pandemia COVID-19

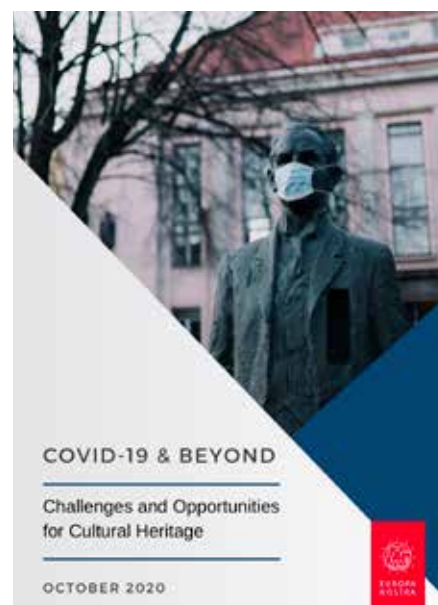
Um extenso artigo sobre os desafios e oportunidades apresentados pela pandemia COVID-19 para o património mundial foi publicado por Europa Nostra - A Voz Europeia da Sociedade Civil Comprometida com o Património Cultural. Intitulado “COVID-19 & ALÉM: Desafios e oportunidades para o património cultural”.

O artigo analisa as principais conclusões de uma consulta sobre este tema conduzida pela Europa Nostra entre a sua grande rede pan-europeia de membros e parceiros. Fornece também evidências convincentes e

recomendações concretas que irão apoiar os esforços de defesa da Europa Nostra e seus parceiros para colocar o património cultural onde ele pertence: no centro da recuperação da Europa após a pandemia.

O Documento será amplamente disseminado entre os actores do património e os formuladores de políticas em todos os níveis de governança, pedindo também as suas contribuições e comentários adicionais.

Fonte: [Europanostra.org](#)



Mudança do Museu Judaico para Belém.

“Uma vitória” para Alfama

Associação de moradores (APPA) que interpôs a providência cautelar que travou as obras para o Museu Judaico no Largo de São Miguel quer agora que os edifícios sejam afetos a habitação.

A associação argumentou desde o início que o projeto definido para aquele local descaracterizava o largo e não respeitava as regras urbanísticas. E viu o Tribunal Central Administrativo do Sul e mais tarde o Supremo Tribunal Administrativo darem-lhe razão - a câmara viu-se obrigada a parar as obras e o processo arrastou-se de 2016 até agora. Ainda sem uma decisão final, o executivo liderado por Fernando Medina decidiu arrear caminho e votou, em reunião extraordinária da câmara, a **revogação dos protocolos para a instalação do museu em Alfama e a celebração de novos acordos para que fique instalado na freguesia de Belém**, junto à Avenida da Índia.

Anunciado em 2016, com abertura prevista para o ano seguinte, a construção do Museu Judaico no coração do bairro lisboeta suscitou a contestação de moradores, que interpuseram uma ação popular com providência cautelar - um processo que ainda corre nos tribunais e que a APPA admite agora deixar cair - para travar o projeto.

Com todo o processo parado, a Câmara de Lisboa optou por se antecipar à decisão judicial e mudar a localização do museu para Belém.

Foi “identificado um local alternativo” para a construção do Museu Judaico de Lisboa - entre a Avenida da Índia e a Rua das Hortas -, que “permitirá conceber e realizar um projeto com características e condições únicas para o efeito e conceber um novo



modelo para a criação, implementação e funcionamento do Museu Judaico de Lisboa, através de uma entidade especificamente criada para o efeito: a Associação Hagadá” - associação privada sem fins lucrativos que ficará responsável pela “criação, instalação e funcionamento” do Museu Judaico de Lisboa.

A construção do Museu Judaico na freguesia de Belém vai implicar uma permuta de terrenos entre a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a autarquia.

Fonte: [Diário de Notícias](#)

1 | O projeto que estava em cima da mesa para o Largo de São Miguel, em Alfama, e que foi contestado pelos moradores. © DR)

DiVaM 2021 abre candidaturas com o tema

“Património, Comunidade e Inclusão”

A Direcção Regional de Cultura do Algarve deu início à edição 2021 do DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos – com a abertura de candidaturas, até dia 28 de fevereiro, de acordo com o seguinte tema: “Património, Comunidade e Inclusão”.

Devido à situação provocada pela pandemia da COVID-19, para o ano de 2021 e a título extraordinário, são elegíveis, no âmbito do Programa DiVaM, as despesas decorrentes de salários, afetos às ações culturais, devidamente justificadas, até ao montante de 15% do apoio total concedido.



Assumindo que o Património deve ser, acima de tudo, um projeto de cidadania e que não pode estar desfasado das pessoas, pretende-se construir uma programação cultural que promova um verdadeiro e honesto diálogo entre as comunidades e os monumentos.

Porque o património só pode ser efetivamente valorizado se tiver uma real significância no quotidiano e na vida das suas comunidades, e por se entender que o “espírito do lugar” pode ser continuamente redescoberto, se existir uma verdadeira inclusão das comunidades no processo de construção patrimonial, colocam-se algumas questões que importa dar resposta:

O que nos dizem as pessoas que aí vivem sobre estes monumentos e a sua História?

Partilham dos mesmos discursos? Que outras histórias e memórias terão para contar? Qual a ligação pessoal e emocional das pessoas com estes testemunhos patrimoniais materiais e imateriais? Qual o verdadeiro papel das comunidades patrimoniais no processo de gestão e valorização patrimonial? Quais as narrativas que a partir daí se podem construir, para além do «discurso patrimonial autorizado»?

Reforçando o propósito iniciado em anos anteriores, pretende-se continuar a promover os **princípios basilares da «Convenção de Faro»** com a participação ativa das comunidades envolvidas no processo de desconstrução e construção patrimonial, colocando as pessoas e os valores humanos no cerne da questão.

Tendo «Património, Comunidades e Inclusão» como tema central do DiVaM 2021 e apelando à inclusão das comunidades no processo de construção de novos projetos culturais, convidam-se todas as associações culturais da região algarvia, à apresentação de candidaturas para a programação do DiVaM 2021, **até ao próximo dia 28 de fevereiro.**

[Regras de Candidatura e Apoio - DiVaM 2021](#)
[Formulário de Candidatura - DiVaM 2021](#)

Fonte: [Direcção Regional de Cultura do Algarve](#)

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua
28	29	30	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28

29-30 de junho e 1 de julho de 2021
Congresso da Reabilitação – CONREA 2021
Reitoria da Universidade de Aveiro

13, 14 e 15 de julho de 2021
7.º Fórum Internacional de Património Arquitetónico Brasil-Portugal
Museu Histórico Nacional, Paço Imperial, Palácio Capanema e Sítio Burle Marx, Rio de Janeiro

2021, Ano da Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia
Museu do Côa vai receber uma conferência mundial sobre o Antropocénico em 2021
Museu do Côa, Vila Nova de Foz Côa

Congresso da Reabilitação – CONREA 2021

Reitoria da Universidade de Aveiro

A reabilitação do edificado tem vindo a crescer de forma significativa em Portugal, apresentando-se como um setor intrinsecamente ligado a fenómenos turísticos, imobiliários e de gestão urbana das cidades. O desenvolvimento destes sectores mobilizadores da economia deveria pressupor a aplicação de conhecimento técnico e científico, com fortes bases nas teorias e Cartas internacionais para orientação das estratégias de intervenção no Património na atualidade.

Este workshop visa proporcionar um campo de reflexão sobre os materiais de construção empregues no património histórico e arquitetónico que, em conjunto com a tradição e a inovação, evocam saberes, culturas, técnicas de construir e de aplicar que urge conservar e salvaguardar. Nesta perspetiva, a equipa do projeto DB-HERITAGE (Base de dados de materiais de construção com interesse histórico e patrimonial - <http://db-heritage.inec.pt/>) convida os interessados à participação nesta iniciativa.

Serão abordados neste congresso três temas gerais: Reabilitação Sísmica, Reabilitação do Património e Projeto, tendo sido convidados os melhores especialistas na matéria para debater estes 3 temas em três dias, um tema por dia, de modo a aprofundar o conhecimento em áreas essenciais na intervenção no Património edificado (classificado e não classificado).

Informações:

Inscrições abertas através do seguinte endereço:
<http://conrea2021.web.ua.pt/incricoes.htm>
 Mais informações [aqui](#).

Museu do Côa vai receber uma conferência mundial sobre o Antropocénico em 2021

Museu do Côa, Vila Nova de Foz Côa

Encontro vai decorrer durante a presidência portuguesa da União Europeia, integrado no programa das comemorações do vigésimo aniversário da inscrição dos Sítios de Arte Rupestre do Vale do Côa na Lista do Património Mundial da UNESCO.

“Este evento, que integrará a programação oficial da presidência portuguesa da UE, será organizado pela Agência Nacional Ciência Viva e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e vai desenrolar-se durante três dias no Museu do Côa. A acção vai receber destacados investigadores mundiais especializados na temática do Antropocénico, envolvendo a comunidade científica e educativa da Europa”, indicou o responsável pela Fundação.

Informações:

Fonte: [Público](#)

7.º Fórum Internacional de Património Arquitetónico Brasil-Portugal

Museu Histórico Nacional, Paço Imperial, Palácio Capanema e Sítio Burle Marx, Rio de Janeiro

O 7.º FIPA que será realizado nos dias 13, 14 e 15 de julho de 2021, na cidade do Rio de Janeiro, é um evento chancelado pelo Comité organizador da UIA para integrar o calendário de eventos culturais do Rio 2021-Capital Mundial da Arquitetura UNESCO UIA.

Este fórum contribuirá para o 27.º Congresso Mundial de Arquitetos UIA2020RIO, o mais importante evento de arquitetura mundial, programado também no Rio de Janeiro e promovido pela União Internacional dos Arquitetos (UIA) e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

O objetivo principal do FIPA é promover debates interdisciplinares e interinstitucionais a fim de que o conhecimento científico decorrente da investigação, da prática de intervenção no “sítio” e da gestão e promoção do Património Cultural consigam um espaço de diálogo e de troca de informação relevante.

Informações:

<https://www.fipabrasil.com.br/>

GRUPO I

Projeto, fiscalização e consultoria



Prestação de serviços de consultoria e projecto na área da arquitectura, com particular enfoque na reabilitação do património edificado.



Inspecções, auditorias, estudos, peritagens, projetos e formação, no âmbito da Engenharia e da Arquitectura. Ensaios, testes e medições para apoio ao diagnóstico de anomalias construtivas. Controlo de qualidade, fiscalização e gestão de obras públicas ou privadas.



Consultoria em reabilitação do património edificado. Inspecção e diagnóstico. Avaliação de segurança estrutural e sísmica. Modelação numérica avançada. Projeto de reabilitação e reforço. Monitorização.



Gestão imobiliária e de participações, Lda.



Juntas de dilatação de edifícios, rodoviárias e ferroviárias, pregagens Cintec, proteção sísmica, químicos para construção, aparelhos de apoio, pré-esforço, reabilitação de estruturas, proteção contra explosões, barreiras acústicas, nanopartículas para a construção.

GRUPO II

Levantamentos, inspeções e ensaios



Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

GRUPO III

Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



Engenharia e construção.



Conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.



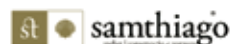
Engenharia, construção e reabilitação.



Consultoria e projeto: reabilitação de edifícios; comportamento higrétrico; comportamento acústico; estudo de patologias; coordenação de projeto



Reabilitação de edificações e de estruturas. Restauro de peças de arte.



Projeto de conservação e restauro do património arquitetónico. Conservação e restauro do património arquitetónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspecção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV

Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



Fabricante de reforços de estruturas em betão armado e alvejaras com compósitos de fibras. Reforço de pavimentos rodoviários, aeroportuários e portuários com malhas de fibra de carbono e vidro.



Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitetónico e construções antigas.

ESTATUTO EDITORIAL DA PEDRA & CAL

A revista *Pedra & Cal* é uma publicação periódica especializada, nascida em 1997, que se dedica à conservação e restauro do Património Cultural Construído e à reabilitação do Edificado em geral.

A *Pedra & Cal* tem como missão prestar informação diversificada e fidedigna sobre as melhores práticas, ideias e projetos destes segmentos de atividade do setor da construção,

tendo como destinatários os seus associados, as empresas e os profissionais destas áreas, de modo a contribuir para a qualidade das intervenções.

Para cumprir esta missão a revista propõe-se contribuir para a divulgação do conhecimento nestas áreas e reforçar a interação entre os diversos intervenientes com as entidades dedicadas à formação e à investigação.

A *Pedra & Cal* propõe-se, também, sensibilizar o público em geral para a importância do Património Cultural Construído e constituir um fórum para a crítica e a opinião, sempre com respeito pela liberdade de expressão e pelos códigos da Ética e Deontologia jornalísticas.

A *Pedra & Cal* não tem qualquer dependência de ordem ideológica, política ou económica.



GECORPA GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Instituição de utilidade pública

(despacho n.º 14926/2014 do D.R. 238/2014, 2.ª Série, de 2014-12-10)

O GECORPA – Grémio do Património é uma associação de empresas e profissionais especializados na conceção, projeto e execução de intervenções na área da reabilitação do edificado e da conservação do património.

O GECORPA – Grémio do Património agrega também outras entidades, públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados.

Decorridos mais de 20 anos sobre a sua fundação, os **grandes objetivos** do Grémio mantêm uma total – se não acrescida – justificação e atualidade:

Promover a reabilitação do edificado e da infra-estrutura, a valorização dos centros históricos, das aldeias tradicionais e do Património, como alternativa à construção nova, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento sustentável do País;

Zelar pela qualidade das intervenções de reabilitação do edificado e do Património, através da divulgação das boas práticas e da formação especializada, promovendo a qualificação dos recursos humanos e das empresas deste setor e defendendo os seus interesses;

Contribuir para a melhoria do ordenamento e da regulação do setor da construção e para a mudança do seu papel na economia e na sociedade.



Fórum do Património 2019,
em Aveiro



Visita “Estaleiro Aberto” à sede
da Secção Regional Norte da
Ordem dos Arquitetos



Grupo de trabalho realizado
em Lisboa, para elaboração
do documento “Conservação
e Reabilitação do Património -
Estratégias e Potencialidades



SRU Porto
(15 de novembro de 2019)

A excelência é um objetivo a perseguir em todas as intervenções de conservação e restauro do património edificado.